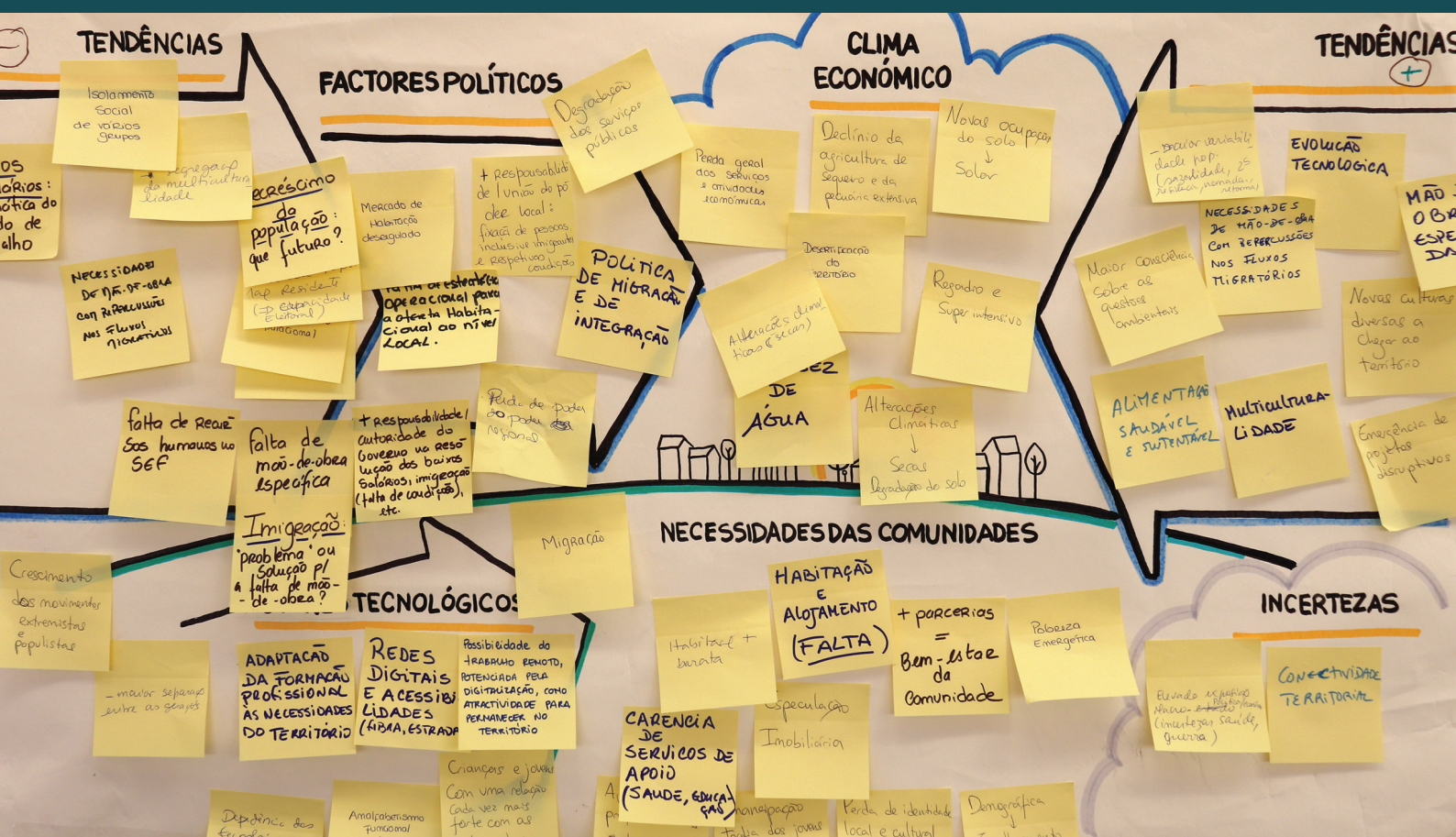




FICHA TÉCNICA

Título: Guia Prático Monitorização e Avaliação do Valor Acrescentado da Abordagem LEADER

Publicado no âmbito do projeto “Qualificar, partilhar e agir – Contributos dos agentes de desenvolvimento rural para a sustentabilidade dos territórios” (PDR2020-20.2.4-FEADER-080365), apoiado pela Medida Assistência técnica RRN - Área 4 (Observação da agricultura e dos territórios rurais) do PDR2020, co-financiado pelo Estado Português e pela União Europeia através do FEADER.

Edição: Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

Autoria: Magda Porta

Fotografias:

ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (capa)
ADDLAP - Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva
Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Probasto - Associação para o Desenvolvimento Rural de Basto

Design gráfico: Diogo Lencastre

Data: Março de 2025

ISBN: 978-989-98813-4-1

ÍNDICE

Apresentação	5
1. Contexto e Objetivo	6
2. O que é o valor acrescentado da abordagem LEADER?	9
2.1. Introdução ao conceito de valor acrescentado da abordagem LEADER	9
2.2. Fatores-chave para a geração de valor acrescentado na abordagem LEADER	12
2.3. Regulamentação e Plano de Avaliação do PEPAC	13
3. Criando as bases - Estrutura do sistema de monitorização e avaliação	15
3.1. Passo a passo para estruturar o sistema de monitorização e avaliação	15
3.2. Sistema de monitorização e avaliação recomendado	19
3.2.1. Avaliação dos sete princípios da abordagem LEADER	19
3.2.2. Avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER	21
4. Conclusão	30
5. Referências bibliográficas	31
6. Glossário	33
Anexos	35
1. Indicadores: descrição e aplicação (estrutura e métricas)	36
2. Dados e informação, procedimentos de recolha e bases metodológicas para a monitorização e avaliação	57

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1. Resumo dos Relatórios especiais do TCE e dos progressos alcançados	7
Tabela 2. Exemplificação da matriz avaliação princípios da abordagem LEADER	21
Figura 1. Fatores que influenciam a aplicação da abordagem LEADER, e a capacidade e a eficácia dos GAL na geração de valor acrescentado	12
Figura 2. Definir o sistema de monitorização e avaliação	14
Figura 3. Princípios da abordagem LEADER	19
Figura 4. Estrutura da Matriz de Avaliação princípios da abordagem LEADER	20
Figura 5. Atividades que contribuem diretamente para as três dimensões do valor acrescentado da abordagem LEADER	22
Figura 6. Categorias de indicadores a recolher	36

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AG Autoridade de Gestão

CE Comissão Europeia

DLBC Desenvolvimento Local de Base Comunitária

EDL Estratégia de Desenvolvimento Local

EM Estado-Membro

ETL Equipa Técnica Local

FMT Federação Minha Terra

GAL Grupo de Ação Local

LEADER Deriva da expressão francesa “Liaison Entre Actions de Développement de l’Économie Rurale” que significa “Ligações entre Actividades para o Desenvolvimento da Economia Rural”.

OTE Orientação Técnica Específica

PDR2020 Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2014-2020)

PEPAC Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

RRN Rede Rural Nacional

TCE Tribunal de Contas Europeu

UE União Europeia



APRESENTAÇÃO

Este Guia Prático é elaborado no contexto da relevância estratégica da monitorização e avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER.

A Federação Minha Terra, no quadro de um projeto apoiado pela Medida Assistência técnica RRR - Área 4 (Observação da agricultura e dos territórios rurais) do PDR2020, tem vindo a sensibilizar e capacitar os Grupos de Ação Local para a importância de integrarem esta dimensão nos sistemas de monitorização e avaliação das respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local, e reconhece a necessidade de dotar os Grupos de Ação Local de ferramentas práticas, especialmente face à ausência de indicadores especificamente dedicados à demonstração dos benefícios adicionais da aplicação abordagem LEADER nos territórios.

Este esforço ganha particular relevância tendo em conta as conclusões e recomendações dos mais recentes Relatórios do Tribunal de Contas Europeu e dos requisitos estabelecidos pela Comissão Europeia. Idealmente, este processo deve ser enquadrado num sistema robusto de monitorização e avaliação, desenvolvido em colaboração com a Autoridade de Gestão e alinhado com o Plano de Avaliação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC).

O presente guia dá continuidade e aprofunda o trabalho realizado ao longo dos últimos anos (em 2018 foram elaboradas as *Orientações para a Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local LEADER/DLBC*, que incluíram oficinas regionais de capacitação) e é mais uma etapa de um processo de acompanhamento e apoio técnico aos GAL iniciado na 1ª Fase – Reconhecimento de Grupos de Ação Local e seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (2023-2027).

Este Guia representa a evolução de um documento anterior, cujo objetivo foi apoiar os GAL na 2ª Fase - Reconhecimento de Grupos de Ação Local e seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (2024-2027) no continente, e tendo em consideração as *Guidelines: Assessing the added value of LEADER*, publicadas pela Comissão Europeia em Julho de 2024.

ESTRUTURA DO GUIA

- 1. CONTEXTO E OBJETIVO:** apresenta a relevância do guia, destacando a importância da monitorização e avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER, especialmente como resposta às recomendações do Tribunal de Contas Europeu e aos requisitos da Comissão Europeia.
- 2. O QUE É O VALOR ACRESCENTADO DA ABORDAGEM LEADER?:** apresenta o conceito de valor acrescentado da abordagem LEADER, explorando as dimensões em que se manifesta. Explora ainda os fatores-chave para sua geração e a regulamentação que orienta sua avaliação no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum.
- 3. CRIANDO AS BASES - ESTRUTURA DO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO:** descreve os passos necessários para estruturar o sistema para a monitorização e avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER, destacando a importância da definição de indicadores de realização e de resultado.
- 4. CONCLUSÃO:** reforça a importância de demonstrar os benefícios adicionais decorrentes da aplicação da abordagem LEADER e destaca a importância da colaboração de todos os intervenientes para um processo de avaliação bem-sucedido.

O **GLOSSÁRIO** reúne definições de termos-chave utilizados ao longo do documento e a secção de **REFERÊNCIAS** apresenta as fontes bibliográficas e documentais consultadas. O **ANEXO**, complementa o guia, oferecendo ferramentas práticas para os Grupos de Ação Local.



1. CONTEXTO E OBJETIVO

A relevância da aplicação da abordagem LEADER pelos Grupos de Ação Local (GAL) nos territórios rurais, para promover o desenvolvimento sustentável e trazer vantagens para as comunidades locais, é inquestionável.

Implicitamente à aplicação da abordagem LEADER, existem benefícios adicionais face à gestão e aplicação convencional dos fundos europeus. A Comissão Europeia (CE) sugere que esses benefícios se manifestam através da **melhoria do capital social**, da **melhoria dos sistemas de governança** e de **melhores resultados dos projetos apoiados**.

No entanto, ao aparentemente envolver custos e riscos mais elevados quando comparada com os métodos tradicionais de financiamento, surge a necessidade de demonstrar evidências do seu valor acrescentado. Com efeito, na última década o Tribunal de Contas Europeu (TCE) debruçou-se sobre esta matéria e, embora tenha reconhecido a relevância da abordagem LEADER, concluiu que não existem evidências suficientes para comprovar os seus benefícios adicionais.

Aliás, o TCE constatou insuficiências consideráveis na avaliação dos resultados decorrentes da aplicação da abordagem LEADER no âmbito do instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), através do qual são implementadas as Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Por um lado, devido à dificuldade na identificação, quantificação e mensuração de efeitos de natureza intangível e acumulados ao longo do tempo (a que acresce a dificuldade na comparação com outros mecanismos de financiamento). Por outro lado, devido ao formato e âmbito das avaliações definidas regulamentarmente, que não contemplaram essas dimensões mais qualitativas.

No entanto, e não obstante a dificuldade de mensuração, é fundamental reconhecer a importância da demonstração e comunicação do valor acrescentado da abordagem LEADER, sendo para isso necessário, numa primeira fase, melhorar os processos de monitorização e avaliação das EDL, e posteriormente, melhorar os processos de partilha e comunicação destes resultados (o que não é objecto deste trabalho).

Investir esforços neste sentido significa também uma melhor compreensão da complexidade dos territórios e dos processos de desenvolvimento, e da eficácia da abordagem LEADER em lidar com essa complexidade (em última análise, foi com esse objetivo que foi concebida e proposta¹), bem como a legitimação, valorização e afirmação do papel dos GAL.

Neste contexto, na sequência do trabalho já desenvolvido com os GAL e em virtude da preparação de mais um ciclo de programação, a Federação Minha Terra (FMT), no âmbito de um projeto apoiado pelo PDR2020/Rede Rural Nacional (RRN), empreende mais um esforço para que os GAL e as Autoridades de Gestão (AG) adotem medidas que garantam a efetiva avaliação dos benefícios adicionais da abordagem LEADER, considerando as recomendações do TCE, bem como os progressos alcançados a nível europeu e nacional (cf. Tabela seguinte).

Este documento enfatiza a importância de avaliar o valor acrescentado da abordagem LEADER e oferece um conjunto de orientações para ajudar os GAL a criar as condições para proceder a essa avaliação nos respetivos territórios, através da monitorização da implementação das respetivas EDL. Idealmente, no quadro de um sistema robusto de monitorização e avaliação, a desenvolver em colaboração com as AG, e alinhado com o Plano de Avaliação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC)².

¹ LEADER: Where it came from and what's still in it, Robert Lukesch, novembro 2024. Este documento oferece um relato sobre as origens, evolução e perspetivas do LEADER. Consultar [aqui](#).

² PEPAC Portugal 2023-2027 | Plano de Avaliação, GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, Versão: 1.2, agosto 2023.



TABELA 1. RESUMO DOS RELATÓRIOS ESPECIAIS DO TCE E DOS PROGRESSOS ALCANÇADOS

2010. Relatório Especial do TCE n.º 5, sobre a aplicação da abordagem LEADER ao desenvolvimento rural³ Refere que abordagem LEADER assenta no pressuposto de que existe um valor acrescentado em comparação com a tradicional aplicação <i>top-down</i>. Define o valor acrescentado como “os benefícios resultantes da abordagem LEADER”, considerando que não reside apenas nos resultados físicos, mas também em impactos menos palpáveis como o reforço de capacidades, a responsabilização da população local e que deveria, ainda, desempenhar um papel importante na prioridade horizontal da melhoria da governação. Concluiu que a CE e os Estados-Membros (EM) não conseguiram demonstrar o valor acrescentado resultante da aplicação da abordagem LEADER. Recomendou que os EM exigissem aos GAL prestar contas sobre a geração de valor acrescentado através da abordagem LEADER, e a criação de sistemas de acompanhamento e de avaliação com capacidade para reunir evidências e dar garantias sobre o valor acrescentado da abordagem LEADER.
2013. Relatório Especial do TCE n.º 19, sobre o seguimento de recomendações⁴ Refere que, embora seja provável que os trabalhos de avaliação em curso e a avaliação ex-post registem melhorias na sequência das orientações da Comissão, as informações atualmente disponíveis ainda não são suficientes para mostrar o valor acrescentado da abordagem LEADER.
2017. Orientações para a avaliação LEADER/DLBC (Comissão Europeia)⁵ A Comissão publicou um documento para apoiar a avaliação da implementação das EDL e da abordagem LEADER (período de programação 2014-2020). Refere a necessidade de orientar os processos de monitorização e avaliação não apenas para a execução, mas também para os resultados intangíveis da abordagem LEADER: melhoria do capital social, melhoria da governação local e melhoria dos resultados dos projetos.
2018. Orientações para a Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local LEADER/DLBC (FMT, RRN)⁶ Documento elaborado no âmbito de um projeto da FMT apoiado pela RRN que foi acompanhado com a realização de oficinas regionais sobre a avaliação das EDL⁷. Este trabalho teve como propósito apoiar o processo de avaliação intercalar das EDL (estipulada regulamentamente), e particularmente, construir/reforçar uma cultura de avaliação adequada às intervenções de desenvolvimento local. Ou seja, que as avaliações das EDL fossem além do âmbito estabelecido pelas AG dos Programas que enquadraram o instrumento DLBC em Portugal Continental (2014-2020), considerado manifestamente insuficiente em face do solicitado pela CE.
2020. Análise transversal a todas as avaliações intercalares das EDL implementadas no continente⁸ Este Relatório teve como objetivo contribuir para o processo de definição da Estratégia Portugal 2030. Evidenciou a lacuna na observância da lógica de aplicação da abordagem LEADER, no que respeitou à tomada de decisões, incluindo o mecanismo de implementação das EDL pelos GAL. Constatou que os GAL optaram, na sua maioria, por desenvolver processos de avaliação de acordo com o solicitado pelas AG. Apenas uma pequena parte dos Relatórios de Avaliação continha elementos sobre a abordagem LEADER e o seu valor acrescentado. O objetivo da elaboração do documento de orientação e processo de capacitação/sensibilização foi apenas muito parcialmente conseguido.

³ Relatório Especial n.º 5/2010, Tribunal de Contas Europeu. https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR22_10/SR_Leader_PT.pdf.

⁴ Relatório Especial n.º 19/2013, Tribunal de Contas Europeu. https://www.eca.europa.eu/lists/ecadocuments/sr13_19/qjab14019ptc.pdf.

⁵ European Commission – Directorate-General for Agriculture and Rural Development – Unit C.4 (2017): *Guidelines. Evaluation of LEADER/CLLD*.

⁶ Federação Minha Terra e Rede Rural Nacional, 2018. *Orientações para a Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local*.

⁷ <https://www.minhaterra.pt/oficinas-regionais-sobre-a-avaliacao-das-estrategias-de-desenvolvimento-local.T13235.php>

⁸ <https://www.minhaterra.pt/wst/files/113604-RELATXXRIOXRESULTADOSXAVALIACAOXINTERCALARXEDLXGALXFINAL.PDF>



2022. Relatório Especial do TCE n.º 10, sobre LEADER e DLBC⁹

Embora reconheça a relevância da abordagem LEADER, inclui a mensagem geral de que a abordagem “LEADER e o desenvolvimento local de base comunitária facilitam a participação local, mas os benefícios adicionais não estão suficientemente demonstrados”.

Em Comunicado de Imprensa de 6 de julho de 2022¹⁰, o TCE põe em causa resultados do desenvolvimento local de base comunitária da União Europeia, justificando que se trata de uma abordagem cara, com processos de aprovação lentos e que há poucas provas de que os benefícios sejam superiores aos custos e aos riscos envolvidos. Eva Lindström, responsável pela auditoria, afirma ainda que muitos dos projetos que vimos poderiam ter sido financiados por outros fundos da UE, a um custo inferior.

Uma das recomendações é a realização, até 2025, de uma avaliação da eficácia e da eficiência do instrumento DLBC abrangendo, nomeadamente, a questão “em que medida os projetos financiados pelo LEADER proporcionam benefícios adicionais em comparação com outros projetos”.

2023. Respostas da Comissão Europeia ao Relatório Especial do TCE n.º 10/2022¹¹

A CE destaca a relevância que a abordagem tem demonstrado ao longo dos anos, sublinhando os benefícios a nível da governação local, da melhoria do capital social e humano, da capacitação e da participação, e salienta o seu contributo para a recuperação da pandemia COVID-19, para a inclusão social e a transição digital, entre outras questões emergentes e (novas) prioridades da UE.

A Comissão destaca ainda que o LEADER permite a concessão de apoios específicos, que poderiam não ocorrer sem esta abordagem, salientando a intangibilidade de muitos dos resultados e a dificuldade de comparação com outros mecanismos de financiamento.

A Comissão indica que vai solicitar aos EM que revejam o mecanismo de execução do LEADER, de forma a diminuir a duplicação de procedimentos e os encargos administrativos, e vai incentivar a utilização de opções de custos simplificados e o reforço de recursos para animação e capacitação.

A Comissão aceita plenamente a recomendação relativa à avaliação do DLBC em 2025.

2023. Conclusões do Conselho da UE decorrentes da análise ao Especial do TCE n.º 10/2022¹²

O Conselho da UE reconhece a existência de constrangimentos, mas destaca a pertinência demonstrada pela abordagem ao longo das suas três décadas de existência, lembrando que muitos dos seus contributos são de mensuração intangível.

Apesar disto, o Conselho reconhece a necessidade de melhorar as metodologias de acompanhamento e avaliação para a demonstração do seu valor acrescentado e incentiva os EM a orientarem os projetos LEADER para projetos com valor acrescentado no âmbito dos seus PEPAC (sem perda de flexibilidade e sem comprometer a abordagem “de baixo para cima” - *bottom-up*).

2024. Documento de orientações – Avaliar o valor acrescentado da iniciativa LEADER (CE)¹³

Em julho de 2024, a CE publicou um documento de orientações que apresenta o contexto e a fundamentação para avaliar o valor acrescentado da abordagem LEADER no âmbito dos Planos Estratégicos da PAC 2023-2027, bem como o modelo de um quadro de avaliação na prática.

Nota: progressos europeus destacados em amarelo e os nacionais em laranja.

⁹ https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR22_10/SR_Leader_PT.pdf

¹⁰ https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/INSR22_10/INSR_Leader_PT.pdf

¹¹ https://www.eca.europa.eu/Lists/ECARepplies/COM-Replies-SR-22-10/COM-Replies-SR-22-10_EN.pdf

¹² <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-6163-2023-INIT/en/pdf>

¹³ European Commission – Directorate-General for Agriculture and Rural Development (2024): [Guidelines. Assessing the added value of LEADER](#).



2. O QUE É O VALOR ACRESCENTADO DA ABORDAGEM LEADER?

Este capítulo tem como objetivo introduzir o conceito de valor acrescentado da abordagem LEADER e explorar as dimensões onde se manifesta. Compreender estas dimensões é essencial para a sua monitorização e avaliação, nomeadamente, tendo presente a regulamentação europeia, no Plano de Avaliação | PEPAC Portugal 2023-2027, bem como as Orientações– Avaliar o valor acrescentado da iniciativa LEADER (Comissão Europeia, maio 2024).

2.1. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE VALOR ACRESCENTADO DA ABORDAGEM LEADER

A definição de valor acrescentado LEADER, desenvolvida por um Grupo de Trabalho Temático do Helpdesk de Avaliação em 2017, refere-se aos benefícios adicionais gerados pela aplicação combinada dos seus sete princípios – parceria local, abordagem ascendente (*bottom-up*), abordagem territorial com integração plurissetorial, trabalho em rede, cooperação interterritorial (incluindo transnacional) e inovação.

A complementaridade e interação entre estes sete princípios, ao longo de todo o processo de elaboração e implementação das EDL, promovem uma dinâmica diferenciadora que caracteriza a abordagem LEADER e a distingue das políticas públicas convencionais.

Em comparação com processos de desenvolvimento apoiados através de instrumentos de política tradicionais (marcados por uma lógica de aplicação descendente e por processos de tomada de decisão centralizados), espera-se que a aplicação da abordagem LEADER produza resultados em três dimensões essenciais: melhoria do capital social, melhoria dos sistemas de governança e melhoria dos resultados dos projetos apoiados¹⁴.

¹⁴ O conceito apresentado baseia-se nas orientações oferecidas pelos relatórios do Grupo de Trabalho Temático do Helpdesk e no Plano de Avaliação | PEPAC Portugal 2023-2027, garantindo uma interpretação precisa e alinhada com os parâmetros e objetivos delineados para a avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER.



Oficina sobre a monitorização e avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER (Viseu, Fevereiro de 2025)



MELHORIA DO CAPITAL SOCIAL

O capital social no contexto do desenvolvimento rural refere-se à rede de relacionamentos, normas e valores que facilitam a cooperação e a ação coletiva entre os atores de uma comunidade.

A melhoria do capital social refere-se à criação e consolidação das relações sociais, redes de trabalho e cooperação, bem como à confiança mútua entre os diversos atores das comunidades rurais.

Este progresso é refletido, principalmente, pela evolução dos padrões de interação, que expandem a massa crítica, facilitam o intercâmbio de conhecimento e a incorporação de inovação. Além disso, promove a criação de articulações e complementaridades, estimulando a partilha de recursos e gerando sinergias entre promotores, projetos e setores de atividade económica, estabelecendo relações de confiança que incentivam a cooperação e a mobilização coletiva.

A melhoria do capital social contribui para a criação de um ambiente favorável à implementação de estratégias de desenvolvimento local, estimulando a participação ativa dos diferentes atores, facilitando a resolução colaborativa de problemas e promovendo complementaridades e sinergias entre as iniciativas e projetos apoiados.



MELHORIA DOS SISTEMAS DE GOVERNANÇA

O sistema de governança refere-se ao conjunto de estruturas, processos e instituições que coordenam as ações e tomam decisões para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo das comunidades rurais.

Este sistema envolve a participação de diversos atores em vários níveis de governação, incluindo autoridades locais, organizações da sociedade civil, empresas, e os próprios cidadãos. A organização dá-se numa perspetiva vertical (entre os níveis europeu, nacional, regional e local) e numa perspetiva horizontal (entre os membros que constituem a parceria dos GAL, e esses parceiros e as comunidades rurais).

A melhoria do sistema de governança refere-se aumento da capacidade dos GAL e dos seus territórios de intervenção para gerir efetiva e eficazmente os processos de tomada de decisão, a implementação de políticas e a coordenação dos diferentes atores envolvidos no desenvolvimento local.

Um sistema de governança robusto e eficaz dispõe dos mecanismos adequados de comunicação, coordenação e colaboração para assegurar a participação inclusiva, transparência, capacidade institucional, planeamento participativo e inovação. Fundamental para assegurar processos de desenvolvimento transparentes, participados e alinhados com as necessidades e aspirações das comunidades rurais.



MELHORES DOS RESULTADOS DOS PROJETOS APOIADOS

Os resultados de uma estratégia referem-se aos efeitos tangíveis e intangíveis gerados pela implementação das operações e iniciativas planeadas.

Neste caso, espera-se que os projetos executados sejam diferenciados dos apoiados por outras intervenções. A geração de melhores resultados – económicos, sociais e ambientais – depende de vários fatores:

- adequação às necessidades/potencialidades do território (mobilização do potencial endógeno e valorização dos ativos territoriais);
- maximização e sustentabilidade na utilização dos recursos;
- colaboração e cooperação; entre outros.

Os melhores resultados e impactos dos projetos apoiados pelas EDL dependem da adequada identificação das necessidades e potencialidades, de mecanismos eficazes de acompanhamento durante a sua execução, bem como dos laços entre os membros das comunidades rurais; e manifestam-se através de projetos mais sustentáveis e inovadores e com efeito indutor de outros projetos e investimentos.

Em suma, que impulsionem mudanças estruturais duradouras na área de intervenção do GAL.



Como efeito indireto, estas dimensões não só favorecem a implementação das EDL, como também criam condições mais propícias para a concretização de outras iniciativas e políticas nos mesmos territórios. Desta forma, reforçam a adoção de abordagens de desenvolvimento local integrado, potenciando a articulação entre diferentes instrumentos e contribuindo para os objetivos estratégicos da PAC e de outras políticas a nível europeu, nacional, regional e local.

Uma recente avaliação do **impacto do LEADER no objetivo geral da PAC “desenvolvimento territorial equilibrado”** (Comissão Europeia, 2024)¹⁵ analisou a eficácia, eficiência, coerência, relevância e valor acrescentado da abordagem LEADER, destacando os seguintes aspetos:

→ À primeira vista, o LEADER implica custos administrativos mais elevados em comparação com outras medidas de apoio ao desenvolvimento (tal deve-se, em grande medida, aos custos de funcionamento e de animação diretamente sob a responsabilidade dos GAL - máximo de 25% do valor da EDL).

No entanto, a avaliação demonstra que estes custos geram um valor substancial. Em primeiro lugar, as atividades de animação territorial desenvolvidas pelos GAL desempenham um papel essencial na mobilização e envolvimento das comunidades locais, atraindo beneficiários que, de outro modo, não teriam acesso a qualquer apoio financeiro. Os GAL também prestam aconselhamento técnico, reduzindo tempos de resposta, melhorando a qualidade dos projetos apresentados e facilitando a sua aprovação.

Adicionalmente, a avaliação destaca que os atores locais que participam na gestão e implementação do LEADER melhoram as suas competências e capacidade de tomada de decisão. Além disso, do ponto de vista institucional, a abordagem LEADER reduz a carga burocrática e administrativa das entidades responsáveis no sistema de governança a vários níveis, ao contrário de outras medidas de desenvolvimento que exigem maior intervenção centralizada.

→ O LEADER mantém-se altamente relevante para os objetivos da PAC, particularmente para o seu papel na promoção do desenvolvimento territorial equilibrado e no reforço das zonas rurais. Em muitos casos, o LEADER tem-se focado em territórios economicamente desfavorecidos, periféricos ou remotos e em comunidades vulneráveis. De acordo com as partes interessadas, a abordagem LEADER continua a ser uma ferramenta essencial para a construção de uma estratégia rural de longo prazo, alinhada com a Visão de Longo Prazo para as Zonas Rurais da UE para 2040¹⁶.

A relevância da abordagem reflete-se também na alocação financeira: no período de programação 2023-2027, em média, os Estados-Membros atribuíram ao LEADER uma dotação significativamente superior ao mínimo regulamentar (7% em vez dos 5% obrigatórios).

→ O LEADER também contribui para importantes ativos intangíveis, como o capital social (reforço da cooperação entre stakeholders locais, aumento da confiança, promoção de objetivos comuns e capacitação dos atores locais), a melhoria dos sistemas de governança (maior adaptação às necessidades territoriais, maior participação dos atores locais na tomada de decisão, apoio a potenciais beneficiários e melhor articulação com os níveis de gestão regionais e nacionais) e melhores resultados dos projetos (através da animação territorial, do apoio técnico aos beneficiários, da promoção da inovação nas zonas rurais e do reforço das relações intersectoriais e interinstitucionais).

A avaliação salienta que a aplicação integral dos sete princípios do LEADER é fundamental para maximizar estes benefícios. No entanto, a aplicação destes princípios continua a ser desigual entre os GAL da UE.

¹⁵ [https://ec.europa.eu/transparency/documents-register/detail?ref=SWD\(2024\)171&lang=en](https://ec.europa.eu/transparency/documents-register/detail?ref=SWD(2024)171&lang=en)

¹⁶ <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2023/11/20/a-long-term-vision-for-the-eu-s-rural-areas-council-approves-conclusions/>



2.2. FATORES-CHAVE PARA A GERAÇÃO DE VALOR ACRESCENTADO NA ABORDAGEM LEADER

De acordo com o Relatório Especial do TCE n.º 5/2010 (pág. 57), os GAL desempenham um papel fundamental na obtenção do valor acrescentado gerado pela abordagem LEADER. No entanto, e não obstante representarem o principal “rosto” da intervenção nos territórios rurais, a responsabilidade pelo “sucesso” não recai apenas sobre os GAL. A CE e os EM têm um papel decisivo a desempenhar, tanto na criação de condições favoráveis para a implementação eficaz da abordagem LEADER, como no reconhecimento e valorização dos seus resultados nos processos de desenvolvimento rural.

Com efeito, os EM são responsáveis por assegurar a integração e a aplicação eficaz da abordagem LEADER no contexto das políticas nacionais. À Comissão Europeia e aos EM cabe supervisionar e monitorizar o desempenho dos GAL, garantindo que as suas atividades se encontram alinhadas com os objetivos e políticas estabelecidas, e que contribuam efetivamente para o desenvolvimento rural.

A capacidade dos GAL para aplicar eficazmente a abordagem LEADER e atuar como intermediários de políticas depende de um conjunto de condições que influenciam, de forma significativa, o seu desempenho. Esses fatores determinam diretamente a sua aptidão para gerar valor acrescentado, garantindo que a abordagem LEADER contribua de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais (cf. Figura seguinte).

FIGURA 1. FATORES QUE INFLUENCIAM A APLICAÇÃO DA ABORDAGEM LEADER, E A CAPACIDADE E A EFICÁCIA DOS GAL NA GERAÇÃO DE VALOR ACRESCENTADO





MECANISMOS DE EXECUÇÃO



- Mecanismos de execução integrados, com abordagens multi-fundos, permitindo uma perspetiva holística e coordenada ao desenvolvimento rural por parte dos GAL.
- Formação, experiência e conhecimento técnico especializados aumentam a eficiência e eficácia na execução das políticas, projetos e iniciativas.



- Insuficiência de capacidade administrativa, incluindo formação, experiência e conhecimento técnico, pode comprometer capacidade dos GAL para conceber e executar estratégias de desenvolvimento local eficazes.

COLABORAÇÃO E ENVOLVIMENTO



- Colaboração com autoridades locais e entidades relevantes, facilitando a implementação de projetos e iniciativas inovadoras.
- Comunicação efetiva e processos participativos, essenciais para construir e manter a adesão das comunidades rurais, garantindo o sucesso das iniciativas LEADER.



- Falta de envolvimento e interesse das comunidades rurais pode comprometer os resultados esperados das EDL.
- Ausência de lideranças locais pode reduzir o apoio das comunidades rurais e a implementação de iniciativas.

REDE LEADER E REDE PAC (EUROPEIA E NACIONAL)



- Oportunidades de colaboração, partilha de conhecimento e alinhamento de políticas, fortalecendo a capacidade dos GAL.
- Processos de reforço de capacidades para membros e equipas técnicas dos GAL, essenciais para uma gestão eficaz, planeamento financeiro e desenvolvimento de abordagens participativas.



- Insuficiente envolvimento, acompanhamento e apoio aos processos de desenvolvimento rural promovidos pelos GAL.
- Falta de informação atempada e relevante sobre opções políticas e de financiamento, dificultando a tomada de decisões informadas.

Ao identificar e atuar sobre estes fatores facilitadores e inibidores da sua intervenção, os GAL podem maximizar a produção de valor acrescentado através da aplicação mais eficaz da abordagem LEADER. E dessa forma, contribuindo de forma mais expressiva para um desenvolvimento rural sustentável e inclusivo e alinhado com as necessidades e potencialidades dos territórios.

2.3. REGULAMENTAÇÃO E PLANO DE AVALIAÇÃO DO PEPAC

No atual período de programação, o valor acrescentado resultante da aplicação da abordagem LEADER é reconhecido nos regulamentos da União Europeia, em particular no Regulamento de Execução (UE) 2022/1475 da Comissão, de 6 de setembro, que o identifica como um dos temas a avaliar no âmbito dos Planos Estratégicos da PAC.

Além disso, estabelece que os EM devem fornecer à Comissão as informações necessárias para o acompanhamento e avaliação da PAC, com destaque para o acompanhamento das atividades realizadas no âmbito da iniciativa LEADER.

Com estas referências depreende-se que os EM devem garantir a implementação adequada da abordagem LEADER, e identificar os seus benefícios adicionais, bem como estabelecer mecanismos de monitorização e avaliação que permitam medir e demonstrar esses benefícios.

Em conformidade com a regulamentação europeia, o Plano de Avaliação | PEPAC Portugal 2023-2027 prevê uma avaliação temática dedicada ao valor acrescentado da iniciativa LEADER, su-



blinhando a necessidade de definir Questões de Avaliação que permitam captar os benefícios específicos desta abordagem. Contudo, considera-se que as Questões de Avaliação definidas no Plano de Avaliação são limitadas na sua capacidade de refletir plenamente os efeitos adicionais e distintivos da abordagem LEADER¹⁷.

Além disso, as orientações para a apresentação do Plano de Implementação das EDL não exigiram quaisquer requisitos específicos para a monitorização e avaliação das atividades de ‘animação territorial’ no âmbito do domínio D1. “Desenvolvimento Local de Base Comunitária” do PEPAC. Esta ausência de orientações pode dificultar a sistematização da recolha de dados e a demonstração dos efeitos destas atividades na dinamização dos territórios e na concretização dos objetivos estratégicos das EDL.

A **Animação Territorial** refere-se ao conjunto de atividades que os GAL realizam para incentivar e mobilizar a participação, fomentar a cooperação e promover o desenvolvimento local numa perspetiva integrada e sustentável dos territórios rurais.

Embora essas atividades não estejam exclusivamente ligadas à execução física e financeira das EDL *stricto sensu* – interpretadas como a soma de projetos, ações e iniciativas individuais –, e nem sempre seja fácil separá-las claramente do processo de execução dos projetos individuais, fazem parte do papel dos GAL e são fundamentais para o sucesso das EDL.

Assim, é importante reconhecer o trabalho de animação realizado pelos GAL. Pois esta é uma componente essencial que distingue a implementação de estratégias através da abordagem LEADER da execução de projetos e iniciativas apoiadas por outras intervenções. Ou seja, é indissociável do seu valor acrescentado.

Neste contexto, entende-se fundamental que os GAL integrem nas suas EDL mecanismos de monitorização e avaliação, devidamente ajustados às suas circunstâncias específicas. Este passo proativo garantirá o acompanhamento e medição de forma estruturada das atividades de animação territorial, bem como demonstrar que os recursos e esforços investidos estão alinhados com a abordagem LEADER e a gerar os impactos desejados nas comunidades locais.

Paralelamente, a avaliação temática prevista no Plano de Avaliação do PEPAC deverá evoluir também no sentido de incluir elementos mais robustos para responder eficazmente às exigências de avaliação, assegurando uma análise mais abrangente e aprofundada do valor acrescentado da abordagem LEADER e do seu contributo para os processos de desenvolvimento rural.

¹⁷ PEPAC Portugal 2023-2027 | Plano de Avaliação. As Questões de Avaliação estão detalhadas nas páginas 27 e 28 desse documento.



Oficina sobre a monitorização e avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER (Cabeceiras de Basto, Fevereiro de 2025)



3. CRIANDO AS BASES - ESTRUTURA DO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A monitorização e avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER são fundamentais para evidenciar a eficácia e a sustentabilidade das intervenções dos GAL nos territórios rurais através das respetivas EDL.

Este ponto apresenta os passos fundamentais para a estruturação de um sistema eficaz de monitorização e avaliação. Inicia-se com a definição de objetivos específicos, baseados na análise do contexto e das necessidades do território, seguindo-se a identificação das atividades a desenvolver para alcançar esses objetivos e a seleção de indicadores claros de realização e resultado. Além disso, são fornecidas sugestões de ferramentas práticas para a recolha e análise de dados, facilitando a aplicação pelos GAL.

3.1. PASSO A PASSO PARA ESTRUTURAR O SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A estruturação de um sistema de monitorização e avaliação requer uma abordagem lógica, clara e bem organizada, garantindo a coerência entre os diferentes elementos que o compõem. A Figura seguinte ilustra as principais componentes que devem ser incluídas nesse sistema, destacando os passos essenciais para a sua conceção e operacionalização.

FIGURA 2. DEFINIR O SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO





O método LEADER distingue-se pela criação de parcerias e pela coordenação entre intervenientes públicos e privados, sendo este o primeiro passo para a consolidação do capital social e a melhoria da governança local. O envolvimento de diversos atores na conceção e implementação das EDL potencia a cooperação e a partilha de responsabilidades, criando sinergias e promovendo um modelo de governação mais participativo e descentralizado.

Análise de diagnóstico territorial – Definição de necessidades

A formulação de uma EDL eficaz parte de um diagnóstico territorial aprofundado, que permite identificar desafios e necessidades específicas do território. Este diagnóstico deve abranger, de forma estruturada, aspectos ligados ao capital social, à governança e à maximização dos resultados dos projetos apoiados. A especificidade das intervenções e a abordagem multisetorial são fundamentais para garantir a adequação da estratégia ao contexto local.

Definição de resultados esperados – Objetivos

Com base no diagnóstico territorial, os GAL devem estabelecer objetivos realistas e alinhados com as necessidades identificadas, que servirão de referência para orientar a implementação da EDL. É essencial que as estratégias explicitem objetivos diretamente associados à melhoria do capital social, à melhoria da governança e à obtenção de melhores resultados dos projetos apoiados. Esta clarificação permite criar um quadro lógico para a monitorização e avaliação dos resultados gerados.

Plano de animação territorial – Atividades

A animação territorial é um dos pilares da abordagem LEADER e desempenha um papel determinante na eficácia da implementação das EDL e na criação de valor acrescentado. Os GAL devem definir e planear as atividades de animação territorial de forma estratégica, garantindo que estas maximizam os resultados da abordagem LEADER.

A experiência e o conhecimento das Equipas Técnicas Locais (ETL) e a interação contínua com os parceiros e atores locais, aliados à dinamização de atividades de animação ajustadas às necessidades do território (p.e., reforço da cooperação interterritorial e transnacional e incentivo à inovação), contribuirão significativamente para a tomada de decisões estratégicas no âmbito da EDL e para a gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Monitorização contínua e avaliação

A monitorização, a realizar através de indicadores de realização previamente definidos, deve focar-se no conjunto de atividades operacionais desenvolvidas pelas ETL no âmbito da execução das EDL e, em particular, nas atividades de animação territorial, uma vez que estas desempenham um papel central na criação de valor acrescentado. Os efeitos da animação territorial, quando bem estruturados na EDL, podem ser devidamente acompanhados. Assim, a construção de um sistema de monitorização e avaliação deve ter por base estas dinâmicas.

O acompanhamento contínuo destas atividades permite aferir a sua eficácia, e também identificar oportunidades de melhoria de forma a maximizar os benefícios que a abordagem LEADER traz para os territórios rurais.

A avaliação é um processo mais profundo e estratégico, realizado em momentos específicos, com o objetivo de analisar, de forma crítica e fundamentada, se os objetivos definidos estão a ser alcançados. Deve basear-se num conjunto de indicadores de resultado, articulados com os indicadores de realização, proporcionando uma análise abrangente da implementação das EDL.

Enquanto a monitorização fornece dados sistemáticos sobre a execução das atividades e a concretização das realizações, a avaliação aprofunda a análise, permitindo compreender a eficácia das atividades desenvolvidas e a forma como os resultados alcançados ao longo do tempo contribuem para os objetivos contemplados nas EDL.



Não obstante as especificidades dos territórios e as diferentes opções estratégicas das EDL, recomenda-se a adoção de um quadro comum de monitorização e avaliação, transversal a todas as EDL. Sem prejuízo de serem definidos indicadores e questões específicas que melhor reflitam as particularidades e prioridades de cada estratégia, este quadro comum permitirá uma análise mais estruturada do valor acrescentado da abordagem LEADER.

O entendimento e tomada de posição harmonizada dos GAL relativamente a esta matéria trará múltiplas vantagens, nomeadamente:

- Responder às questões levantadas pelo TCE sobre a necessidade de demonstrar os benefícios adicionais da abordagem LEADER e procurar um alinhamento com as recomendações feitas a este respeito.
- Realizar uma avaliação consistente do valor acrescentado da abordagem LEADER a nível local e nacional, possibilitando a agregação de dados entre diferentes territórios e promovendo a partilha de boas práticas e lições aprendidas.
- Melhorar a aplicação da abordagem LEADER, assegurando a sua eficácia e reforçando a sua relevância no âmbito da formulação e implementação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento local e rural.

Assim, e para garantir uma avaliação robusta da abordagem LEADER, este processo inclui a formulação de questões de avaliação, a definição de fatores de sucesso e de indicadores, e a identificação dos dados a recolher regularmente.

Questões de avaliação e fatores de sucesso

Formam a base da sequência lógica que estabelece a relação entre as atividades/intervenções realizadas pelos GAL e os resultados esperados (cadeia causal do processo de avaliação).

- *Questões de avaliação*: perguntas específicas que guiam a avaliação, ajudando a identificar o que precisa concretamente de ser analisado. Devem ser formuladas de forma a refletir os resultados esperados das atividades desenvolvidas pelos GAL no âmbito da Animação Territorial.
- *Fatores de sucesso*: distinguem determinados aspetos das questões de avaliação (diretamente associado aos objetivos / resultados esperados), indicando e fundamentando o desenvolvimento e uso de métricas específicas - indicadores de realização, resultado e impacto.

As questões de avaliação e os fatores de sucesso ajudam a clarificar o que deve ser avaliado, fornecendo uma estrutura detalhada para a análise.



Indicadores

Para cada fator de sucesso, deve ser definido um conjunto de indicadores de realização e de resultado. Estes indicadores devem estar claramente relacionados com as atividades desenvolvidas pelos GAL ao longo da implementação das EDL para alcançar os resultados esperados.

- *Indicadores de realização (output)*: medem a execução das atividades planeadas, sendo essenciais para monitorizar o progresso das atividades realizadas pelos GAL (quantificam os produtos imediatos dessas atividades, p.e., número de reuniões realizadas, número de participantes em ações de formação).
- *Indicadores de resultado (outcome)*: medem os efeitos imediatos e diretos resultantes das atividades realizadas, sendo fundamentais para verificar se os objetivos / resultados esperados foram alcançados.

Para definir indicadores (e também objetivos) de forma clara e objetiva deve ser seguida a metodologia SMART, assegurando que sejam:

- **Specific** (específicos): claramente definidos, com a descrição exata do que se pretende alcançar.
- **Measurable** (mensuráveis): passíveis de ser qualificados ou quantificados.
- **Attainable** (atingíveis): realistas, considerando as condições e recursos disponíveis.
- **Relevant** (relevantes): devidamente ajustados aos objetivos das EDL.
- **Time-bound** (prazo definido): realizáveis no prazo definido para a implementação das EDL.

Dados a recolher

Os indicadores, tanto de realização quanto de resultado, permitem a utilização de dados quantitativos e qualitativos para medir os efeitos das atividades realizadas em face da mudança esperada.

Para a monitorização, é fundamental utilizar indicadores quantitativos simples, que possam ser facilmente recolhidos a partir das atividades realizadas pelos GAL durante a implementação das EDL. No entanto, dado o carácter das atividades dos GAL que contribuem para o valor acrescentado da abordagem LEADER, grande parte da avaliação dos resultados dependerá de dados qualitativos.

- *Dados quantitativos* (como números e estatísticas): fornecem uma medida objetiva e precisa do progresso face às metas delineadas (p.e., número total e categorização das atividades realizadas).
- *Dados qualitativos* (como descrições e perceções): oferecem um entendimento (contextualizado) dos efeitos das atividades realizadas (p.e., perceções dos participantes quanto aos objetivos das atividades realizadas).



3.2. SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO RECOMENDADO

A avaliação deve centrar-se em dois aspetos fundamentais: a aplicação dos sete princípios da abordagem LEADER e o valor acrescentado gerado pela sua aplicação. Ao combinar estas perspetivas, a avaliação permite compreender tanto o processo de aplicação do método LEADER como os seus resultados tangíveis e intangíveis nos territórios, fornecendo uma análise abrangente e alinhada com os objetivos estratégicos das EDL.

Mais do que medir resultados, a avaliação procura compreender os fatores que explicam o desempenho observado. Assim, não se trata apenas de verificar se os objetivos estão a ser cumpridos, mas também de responder a questões como:

- Se os objetivos estão a ser alcançados, o que contribuiu para esse sucesso?
- Se não estão, quais são os obstáculos e como podem ser superados?

Uma mensagem central a reter é que o valor acrescentado do LEADER depende da aplicação equilibrada e integrada dos seus princípios. Quando um ou mais destes princípios são negligenciados, a capacidade da abordagem para gerar benefícios adicionais fica comprometida, limitando o seu impacto nos territórios. Se este cenário se verifica, é essencial que seja identificado e evidenciado no processo de avaliação.

3.2.1. AVALIAÇÃO DOS SETE PRINCÍPIOS DA ABORDAGEM LEADER

Os sete princípios da abordagem LEADER – parceria público-privada local, abordagem ascendente, território rural sub-regional bem identificado, desenho multissetorial da EDL, ligação em rede, cooperação e inovação – são complementares e interdependentes, o que significa que a sua aplicação deve ser integrada e articulada em todas as fases, desde a elaboração até à implementação da EDL¹⁸.

FIGURA 3. PRINCÍPIOS DA ABORDAGEM LEADER



¹⁸ Historicamente, a formulação dos princípios LEADER sofreu algumas alterações ao longo do tempo. “Durante a transição do LEADER II para o LEADER+, estes sete princípios foram sub-repticiamente alterados pela Comissão. Continuaram a ser sete, mas o princípio central da governação local, a gestão e o financiamento descentralizados desapareceram. Em vez disso, a cooperação e o trabalho em rede foram separados” (cf. LEADER: Where it came from and what’s still in it, pág. 42).



A aplicação consistente destes princípios não só define a identidade da abordagem LEADER, como também determina a capacidade de gerar resultados significativos e sustentáveis nos territórios, potenciando o seu valor acrescentado. Quando um ou mais princípios são negligenciados – seja por fatores internos ou externos – a eficácia da implementação pode ser comprometida, limitando os resultados esperados e fragilizando a sustentabilidade das iniciativas no território.

Todavia, é importante reconhecer que, como mencionado no ponto 2.2 deste documento, a aplicação da abordagem LEADER não depende exclusivamente da atuação dos GAL. Frequentemente, está condicionada por fatores externos, como o enquadramento regulamentar, a disponibilidade de recursos financeiros e o alinhamento entre diferentes níveis de gestão (local, regional e nacional).

A capacidade de cada GAL para integrar eficazmente os princípios LEADER na conceção e implementação das respetivas EDL continua a ser um fator determinante para o sucesso da abordagem. Neste contexto, destaca-se o esforço significativo que os GAL têm vindo a fazer, mesmo perante contextos desafiantes.

No processo de avaliação, é importante não apenas identificar falhas e limitações, mas também destacar boas práticas e fatores que facilitaram a aplicação eficaz dos princípios LEADER. Para isso, é necessário analisar como o contexto, os recursos disponíveis e o alinhamento institucional condicionam a sua implementação e quais as condições essenciais para a sua plena concretização.

Como cada princípio representa um pilar da abordagem LEADER, deve ser analisado individualmente, considerando a sua aplicação prática e os desafios enfrentados. Para simplificar e sistematizar esta análise, recomenda-se a utilização da matriz de avaliação adotada no anterior período de programação¹⁹, e que aqui se reproduz.

É igualmente importante avaliar de que forma as interações entre os sete princípios foram aproveitadas para maximizar os resultados e como as aprendizagens podem contribuir para reforçar a abordagem LEADER e melhorar futuras intervenções.

Esta ferramenta permite estruturar a análise da implementação de cada princípio, sem a necessidade de criar novos elementos de avaliação, oferecendo uma visão objetiva e integrada do seu grau de implementação.

FIGURA 4. ESTRUTURA DA MATRIZ DE AVALIAÇÃO PRINCÍPIOS DA ABORDAGEM LEADER

PRINCÍPIO	NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO	ANÁLISE
Identifica e descreve os elementos-chave que caracterizam a sua aplicação prática, servindo como guia para a análise.	Indica o grau de implementação do princípio no território, utilizando um sistema de cores para facilitar a interpretação: - O princípio foi implementado de forma satisfatória. - A implementação apresenta constrangimentos.	Análise sumária do estado de implementação. Sugere-se que sejam incluídas informações sobre: - No caso de cor verde, uma explicação sobre como o princípio foi implementado com sucesso. - No caso de cor amarela, uma descrição dos desafios enfrentados ou dos fatores que colocam a implementação em risco.

¹⁹ Avaliação/autoavaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local – Elementos comuns.



A avaliação da aplicação dos princípios deve incluir uma análise crítica sobre como o modelo de operacionalização e implementação do LEADER/DLBC influenciou a sua integração e os resultados obtidos. Para garantir uma avaliação estruturada, é essencial considerar, entre outros, os seguintes aspetos:

- A aplicação dos princípios foi adaptada às especificidades e desafios locais?
- O GAL demonstrou competência técnica e organizacional para aplicar os princípios?
- Que fatores externos influenciaram a aplicação dos princípios (p.e., políticas nacionais, disponibilidade de apoio técnico e financeiro)?
- Os princípios foram aplicados de forma inovadora, promovendo soluções criativas para os desafios locais?
- A comunidade e os parceiros reconhecem e valorizam os benefícios da aplicação dos princípios?

Esta reflexão permite não só avaliar a eficácia da abordagem LEADER, mas também identificar boas práticas e oportunidades de melhoria na sua implementação. A tabela seguinte apresenta exemplos ilustrativos dessa análise.

TABELA 2. EXEMPLIFICAÇÃO DA MATRIZ AVALIAÇÃO PRINCÍPIOS DA ABORDAGEM LEADER

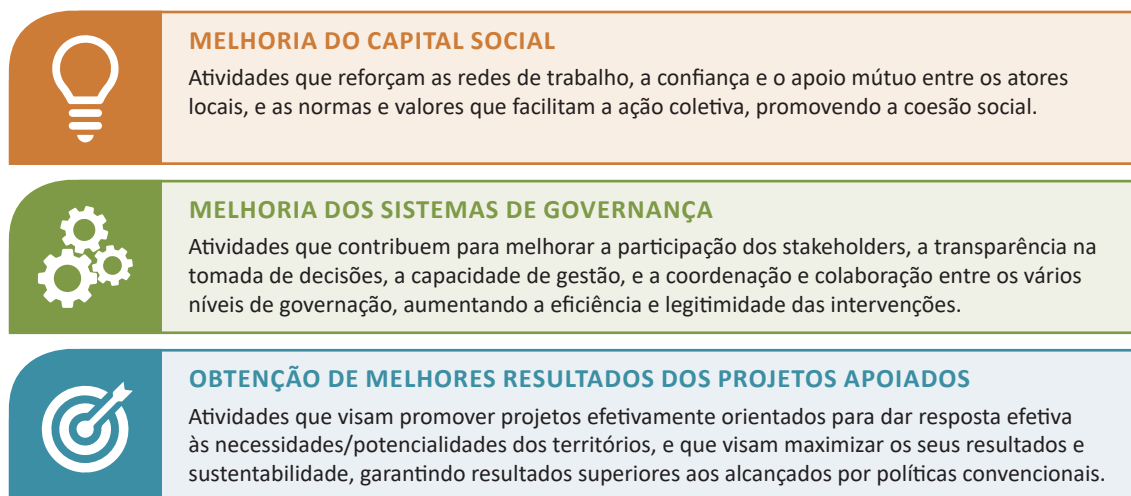
Princípio	Crítérios	Nível de implementação	Análise e Observações
Parceria público-privada	Reforço da comunicação e colaboração entre atores locais e construção de uma parceria sólida.		Implementado com sucesso através de reuniões regulares e colaboração efetiva entre a ETL e os parceiros e potenciais parceiros do GAL.
	Envolvimento da comunidade na definição da EDL.		A participação comunitária foi limitada devido à dificuldade de mobilização inicial.
Abordagem ascendente	Abordagem ascendente com poder de decisão no GAL no que respeita à implementação da EDL.		As decisões não foram tomadas com base nas prioridades e critérios definidos pelo GAL.
Território sub-regional	Estratégia baseada nas características e necessidades específicas do território.		A EDL reflete as especificidades locais e foi amplamente validada por atores locais.

3.2.2. AVALIAÇÃO DO VALOR ACRESCENTADO DA ABORDAGEM LEADER

A avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER deve permitir uma leitura clara da diversidade das atividades desenvolvidas pelos GAL nos territórios. No entanto, uma vez que essas atividades nem sempre se encontram organizadas ou devidamente enquadradas em termos do seu contributo para as dimensões do valor acrescentado da abordagem LEADER, procedeu-se a um exercício de sistematização no sentido de estruturar um quadro de referência para a monitorização e avaliação.



FIGURA 5. ATIVIDADES QUE CONTRIBUEM DIRETAMENTE PARA AS TRÊS DIMENSÕES DO VALOR ACRESCENTADO DA ABORDAGEM LEADER



Nas páginas seguintes, seguintes apresenta-se esse exercício de organização e procede-se à associação dessas atividades a questões de avaliação, critérios de sucesso e indicadores em torno de cada uma das dimensões do valor acrescentado: melhoria do capital social, melhoria dos sistemas de governança e melhores resultados dos projetos apoiados. A estrutura adotada segue três linhas orientadoras:

→ **Organização das necessidades, atividades e objetivos**

Durante o processo de conceção das EDL, foi realizada uma análise detalhada e abrangente dos desafios e necessidades específicas de cada território. Este processo permitiu identificar prioridades locais e estabelecer objetivos claros, alcançáveis e alinhados com a realidade territorial (resultados esperados), bem como atividades específicas que contribuem, de forma direta ou indireta, para a concretização desses objetivos.

Uma ligação clara entre as necessidades identificadas, as atividades de animação territorial propostas e os resultados esperados é fundamental para assegurar que as atividades sejam não apenas pertinentes, mas também eficazes na resposta aos desafios locais. Neste contexto, torna-se essencial estruturar essas atividades de acordo com o contributo para cada uma das dimensões do valor acrescentado da abordagem LEADER.

Estes conteúdos foram organizados a partir da análise de diferentes Planos de Implementação das EDL, e também refletindo atividades que os GAL já vêm desenvolvendo nos respetivos territórios.

→ **Formulação de questões de avaliação e fatores de sucesso**

As questões de avaliação e fatores de sucesso foram definidas tendo por base o documento de orientações da Comissão Europeia, garantindo coerência com o enquadramento europeu. Optou-se por uma estrutura simplificada e adaptada ao contexto dos GAL, tornando a aplicação mais acessível e prática.

→ **Definição de indicadores**

Os indicadores propostos têm por base não apenas as recomendações europeias, mas também o trabalho prévio realizado com os GAL no período de programação anterior, garantindo que são realistas e aplicáveis à realidade do trabalho dos GAL.

Não é necessário adotar todos os indicadores apresentados; o objetivo é que cada GAL selecione um conjunto adequado às suas necessidades e alinhado com os objetivos definidos na respetiva EDL. O objetivo deste guia é fornecer uma base de referência que permita a cada GAL selecionar os indicadores mais relevantes.



Melhoria do capital social





Questão de avaliação 1: Em que medida os GAL (e as EDL) promoveram as interações e reforçaram a ligação em rede entre atores relevantes?

Fatores de sucesso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
A dimensão e a diversidade da parceria do GAL aumentaram. As interações no seio da parceria do GAL melhoraram.	r1. Número total de parceiros do GAL, discriminado por tipo de organização.	R1. Aumento do índice de diversidade da parceria do GAL. R2. Aumento do nível de participação dos parceiros nas atividades desenvolvidas pelo GAL. R3. Aumento da densidade e qualidade percebida das interações entre os parceiros do GAL.
As interações entre atores no território melhoraram.	r2. Número de novas iniciativas conjuntas entre vários tipos de atores. r3. Número e tipo de parceiros envolvidos em atividades de ligação em rede. r4. Proporção de projetos implementados conjuntamente por vários tipos de promotores.	R4. Aumento da densidade e qualidade das interações entre atores do território. R5. Melhoria do trabalho em rede / colaboração no território.
Foram asseguradas iniciativas de cooperação entre agentes de desenvolvimento rural.	r5. Número de projetos de cooperação (interterritorial e transnacional). r6. Número e tipo de membros / atores envolvidos nos projetos de cooperação. r7. Nível de satisfação dos participantes com os resultados dos projetos de cooperação. r8. Número e tipo de redes em que o GAL participa.	R6. Aumento da cultura de cooperação no território. R7. Aumento do nível de intercâmbio no território.

Nota: entende-se por atores relevantes (membros da parceria dos GAL, bem como membros das comunidades, e representantes de autoridades locais, dos setores de atividade e das organizações da sociedade civil).

Questão de avaliação 2: Em que medida o GAL (e a EDL) contribuiu para a confiança e apoio mútuo no seio da parceria e na comunidade local?

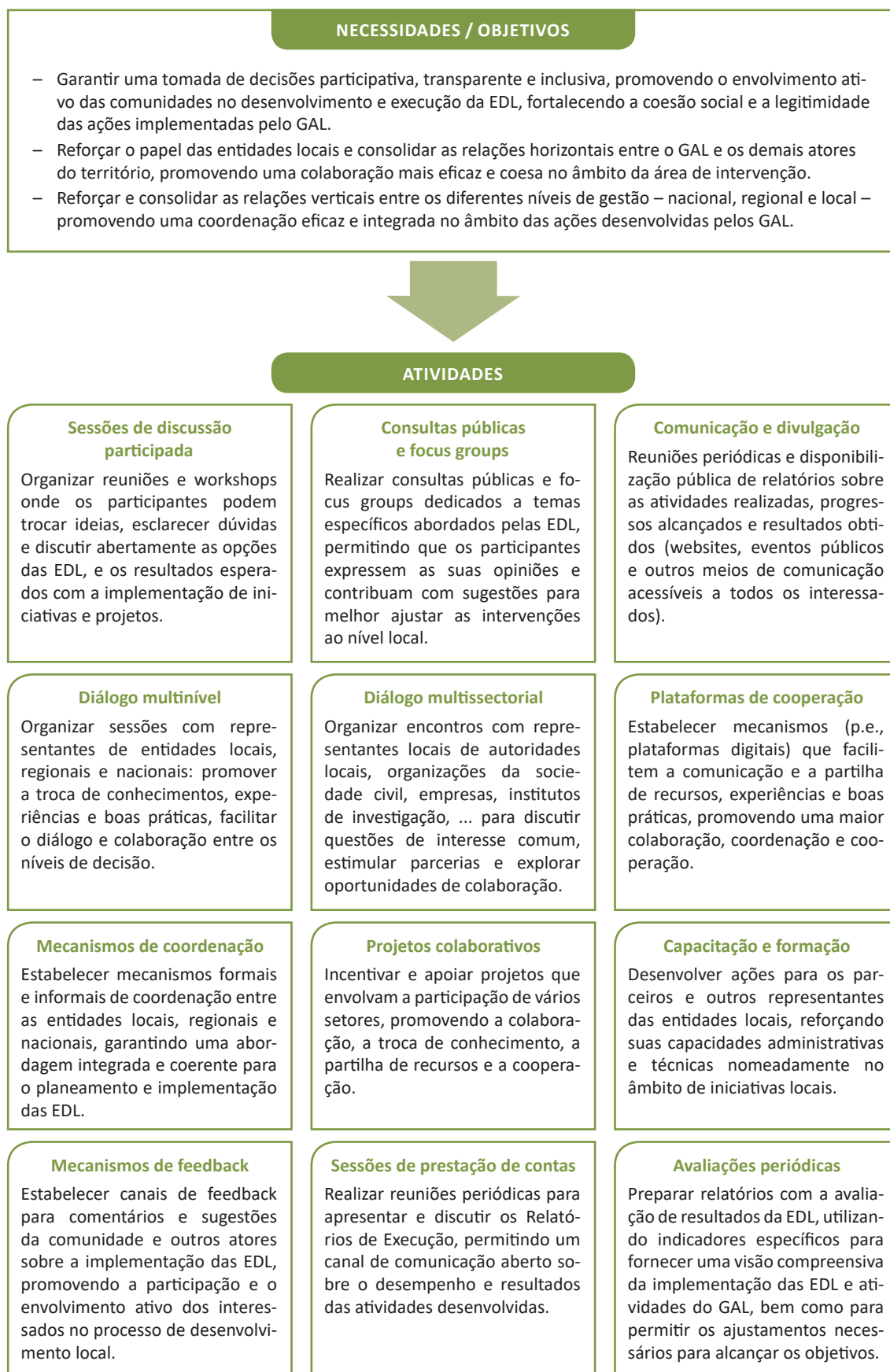
Fatores de sucesso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
O GAL (e a EDL) promoveu um ambiente de apoio mútuo e colaboração ativa no processo de desenvolvimento do território.	r9. Número e tipo de atividades de animação. r10. Nível de confiança em relação ao GAL.	R8. Aumento do apoio e da confiança mútua entre as partes interessadas.

Questão de avaliação 3: Em que medida o GAL (e a EDL) contribuiu para modelos mentais, valores e crenças comuns?

Fatores de sucesso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
O GAL (e a EDL) promoveu a visão partilhada quanto ao processo de desenvolvimento.	r11. Número e tipo de atividades de animação orientadas para promover a inclusão das comunidades rurais. r12. Nível de participação da comunidade local na conceção e execução da EDL.	R9. Aumento do envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes na conceção e execução da EDL. R10. Aumento do entendimento comum, da solidariedade e da coesão social. R11. Aumento da identidade local e da visão partilhada (interesse coletivo) quanto à estratégia para o território.



Melhoria dos sistemas de governança





Questão de avaliação 4: Em que medida o GAL (e a EDL) contribuiu para assegurar a participação das comunidades no processo de desenvolvimento? (processos de tomada de decisões participativos, transparentes e inclusivos)

Fatores de sucesso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
A participação e envolvimento dos parceiros e comunidades rurais nos processos de tomada de decisão melhorou.	r13. Número total de membros do GAL no órgão de decisão, por tipo de organização. r14. Número e tipo de atividades de animação para envolver comunidades nas tomadas de decisão.	R12. Aumento da taxa de participação dos parceiros do GAL em processos de tomada de decisão. R13. Aumento do nível de satisfação dos parceiros do GAL quanto aos processos de tomada de decisões. R14. Aumento do nível de participação das comunidades rurais nos processos de tomada de decisão.
Foi assegurada transparência e responsabilidade na gestão dos recursos no âmbito da implementação da EDL.	r15. Número e tipo de atividades de reforço de capacidade administrativa e técnica do GAL. r16. Número e tipo de documentos produzidos sobre atividades do GAL.	R15. Melhoria percebida das competências de coordenação/gestão da Equipa Técnica Local. R16. Aumento do nível de transparência sobre as atividades do GAL.

Questão de avaliação 5: Em que medida os GAL conseguiram reforçar o papel das entidades locais e consolidar as relações ao nível horizontal? (entre o GAL e atores da área de intervenção)

Fatores de sucesso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
O GAL (e a EDL) reforçou o papel das entidades locais e consolidou as relações ao nível horizontal.	r17. Número e tipo de atividades de animação, por grupo-alvo. r18. Número atividades de comunicação da atividade do GAL (e instrumentos utilizados). r19. Número de sessões de esclarecimento.	R17. Aumento do nível de colaboração entre os diferentes setores no território. R18. Aumento do nível de proximidade com a comunidade local. R19. Expansão do número e tipologia de potenciais beneficiários. R20. Aumento dos processos relacionais entre os atores do território. R21. Aumento do reconhecimento do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território.

Questão de avaliação 6: Em que medida os GAL conseguiram reforçar e consolidar as relações entre os diferentes níveis de gestão? (nacional, regional e local)

Fatores de sucesso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
As relações interinstitucionais foram consolidadas entre os níveis local, regional e nacional.	r20. Número e tipo de interações com os diferentes níveis de governação.	R22. Melhoria da colaboração e coordenação entre os diferentes níveis de governação. R23. Aumento da capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis de governação. R24. Aumento do reconhecimento institucional do GAL enquanto promotor de desenvolvimento.



Melhores resultados dos projetos apoiados





Questão de avaliação 7: Em que medida o GAL (e EDL) incentivou a apresentação e implementação de projetos de investimento e outras iniciativas? (quer pelo próprio GAL, quer pelos atores do território)

Fatores de sucesso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
O GAL (e a EDL) teve um efeito indutor de outros projetos e investimentos para realizar os seus objetivos estratégicos.	r21. Proporção entre o financiamento DLBC rural e outras fontes de financiamento para a realização da EDL. r22. Número e valor dos projetos candidatados a outras fontes de financiamento que não FEADER. r23. Número e tipo de atividades de animação para identificar e motivar novos promotores de projetos.	R25. Aumento do nível de alavancagem no apoio à EDL. R26. Aumento da capacidade do GAL em beneficiar de oportunidades de financiamento e atrair investimento para o território. R27. Nível do investimento em projetos e iniciativas que não teriam sido implementados sem o apoio FEADER. R28. Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários e beneficiários.

Questão de avaliação 8: Em que medida o GAL (e EDL) apoiou projetos que respondem às necessidades locais e que produzem resultados sustentáveis?

Fatores de sucesso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foi assegurado o apoio a projetos que valorizam a identidade e os recursos e ativos específicos do território.	r24. Número e tipo de atividades de animação para evidenciar as necessidades / objetivos específicos do território. r25. Número e montante de investimento dos projetos apoiados que contribuem para cada um dos objetivos específicos da EDL. r26. Número e montante de investimento de projetos apoiados focados no reforço da identidade local. r27. Tipo de projetos que a EDL permitiu apoiar, em comparação com outros tipos de apoio público.	R29. Aumento do nível de satisfação quanto às intervenções da EDL.

Questão de avaliação 9: Em que medida o GAL (e EDL) incentivou o desenvolvimento e apoiou projetos inovadores no contexto local?

Fatores de sucesso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
As iniciativas do GAL contribuíram para criar um ambiente favorável à inovação no contexto local.	r28. Número de projetos inovadores (no contexto local) apoiados. r29. Percentagem da despesa em projetos inovadores face à despesa total.	R30. Aumento da geração de novas ideias, produtos ou processos no território que sejam inovadores no contexto local. R31. Aumento do nível de inovação no contexto local.



Questão de avaliação 10: Em que medida o GAL (e a EDL) fomentou a maior sustentabilidade dos projetos apoiados?

Fatores de sucesso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Os projetos e iniciativas apoiadas pelo GAL contribuíram para o desenvolvimento económico, ambiental e social do território a longo prazo.	r30. Número de projetos apoiados que contribuíram para o desenvolvimento económico do território.	R32. Aumento do contributo dos projetos apoiados para a sustentabilidade ambiental do território.
	r31. Percentagem da despesa em projetos com objetivos económicos face à despesa total.	R33. Aumento do contributo dos projetos apoiados para a sustentabilidade económica do território.
	r32. Número de projetos apoiados que contribuíram para a sustentabilidade ambiental do território.	R34. Aumento do contributo dos projetos apoiados para a sustentabilidade social do território.
	r33. Percentagem da despesa em projetos com objetivos ambientais face à despesa total.	
	r34. Número de projetos apoiados que contribuíram para a sustentabilidade social do território.	
	r35. Percentagem da despesa em projetos com objetivos sociais face à despesa total.	
Foram criadas condições para a melhor sustentabilidade dos projetos apoiados.	r36. Número de atendimentos (pré-projeto e após aprovação de projetos).	R35. Aumento da qualidade dos pedidos de apoio.
	r37. Número de atividades de divulgação dos produtos/ serviços de projetos apoiados.	R36. Aumento do nível de sustentabilidade dos projetos apoiados.

Questão de avaliação 11: Em que medida o GAL (e a EDL) estimulou a colaboração entre os diversos atores?
(incluindo parcerias entre os setores público e privado)

Fatores de sucesso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
A colaboração entre os diversos atores no território de intervenção aumentou.	r38. Número de projetos apoiados que promovem ligações entre atores locais.	R37. Aumento da cultura de trabalho em parceria entre promotores, projetos, e sectores de atividade económica (e entre sector público e privado).
	r39. Número de projetos apoiados executados conjuntamente por vários tipos de promotores.	
	r40. Percentagem da despesa em projetos executados conjuntamente por vários tipos de promotores face à despesa total.	R38. Aumento da complementaridade e sinergia entre promotores, projetos, e sectores de atividade económica (e entre sector público e privado).



4. CONCLUSÃO

A avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER, embora não sendo uma obrigação regulamentar, é uma oportunidade para demonstrar a relevância e a eficácia deste modelo único de desenvolvimento rural. Os benefícios adicionais gerados pela aplicação combinada dos sete princípios – parceria público-privada local, abordagem ascendente, enfoque territorial, desenho multisetorial, ligação em rede, cooperação e inovação – transcendem os resultados físicos dos projetos apoiados, promovendo a melhoria do capital social, da governança e da sustentabilidade dos projetos nos territórios rurais, face às políticas públicas convencionais.

Este Guia Prático foi concebido para apoiar os GAL na construção de sistemas de monitorização e avaliação robustos, que permitam maximizar e evidenciar o valor acrescentado da abordagem LEADER. A aplicação consistente dos princípios, aliada a um sistema de avaliação bem estruturado, não só reforça a legitimidade e o impacto das intervenções, como também contribui para a valorização do papel dos GAL como promotores de desenvolvimento sustentável.

O sucesso deste processo depende da colaboração de todos os intervenientes.

O compromisso com a avaliação contínua é essencial para consolidar boas práticas, identificar áreas de melhoria e reforçar a confiança dos stakeholders no papel do LEADER como um motor de reativação e regeneração dos territórios rurais, promovendo o seu desenvolvimento e a valorização das suas comunidades.

Ao investirem na avaliação do valor acrescentado, os GAL estarão não apenas a responder aos desafios atuais, mas também a preparar-se para o futuro, assegurando que a abordagem LEADER se mantém como um instrumento de excelência para o desenvolvimento local de base comunitária e na geração de benefícios duradouros.

Este Guia Prático foi desenvolvido com esse propósito: fornecer uma base de trabalho que possa ser facilmente integrada nos sistemas de monitorização e avaliação das EDL, bem como no Plano de Avaliação | PEPAC Portugal 2023-2027, assegurando que o valor acrescentado da abordagem LEADER seja plenamente reconhecido, medido e maximizado.



Oficina sobre a monitorização e avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER (Cabeceiras de Basto, Fevereiro de 2025)



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Gabinete de Avaliação e Auditoria (2014). Guia de Avaliação, 3ª Edição. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/transparencia/Guia_Avaliação.pdf.

Comissão Europeia – Direção-geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural – Unidade A.3 (2024): Orientações: Avaliar o valor acrescentado da iniciativa LEADER. Disponível em: https://eu-cap-network.ec.europa.eu/publications/assessing-added-value-leader_en#section--resources.

Comissão Europeia – Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural – Unidade C.4 (2017): Orientações Avaliação da LEADER/DLBC. Bruxelas. Disponível em: https://ec.europa.eu/enrd/evaluation/publications/evaluation-leaderclld_en.html.

Comissão Europeia (2024). *Commission Staff Working Document: Evaluation of the impact of LEADER towards the general objective 'balanced territorial development'*. SWD(2024) 171 final. Disponível em: https://www.leaderliit.eu/wp-content/uploads/2024/08/SWD2024170_0.pdf.

European Court of Auditors (2022). LEADER and community-led local development facilitates local engagement but additional benefits still not sufficiently demonstrated. Special report 10, 2022, Publications Office of the European Union. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2865/097605>.

Federação Minha Terra e Rede Rural Nacional (2019). Avaliação/autoavaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local – Elementos comuns. Disponível em: https://www.rederural.gov.pt/images/Elementos_comuns_avaliacao_EDL_Fev_2019.pdf.

Federação Minha Terra e Rede Rural Nacional. (2019). Metodologias e Instrumentos de Avaliação e Autoavaliação - *Relatório Final do Processo de Capacitação e Avaliação dos GAL*. Disponível em: https://inovacao.rederural.gov.pt/images/Docs/DOC_Projetos/Relatório_final_Processo_Capacitação_avaliação_GAL_3_FEV2020_FINAL.pdf.

Federação Minha Terra e Rede Rural Nacional. (2019). Metodologias e Instrumentos de Avaliação e Autoavaliação, *Sumário Executivo do Processo de Capacitação e Avaliação dos GAL*. Disponível em: https://inovacao.rederural.gov.pt/images/Docs/DOC_Projetos/Sumário_Executivo_Processo_capacitação_GAL_Final.pdf.

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (2023). PEPAC Portugal 2023-2027 | Plano de Avaliação. Versão 1.2. Disponível em: https://www.gpp.pt/images/PEPAC/Plano_de_Avalia%C3%A7%C3%A3o_PEPAC/PEPAC_Portugal_2023-2027_PlanoAvalia%C3%A7%C3%A3o_vers%C3%A3o1_2_set2023.pdf.

Instituto de Cooperação Portuguesa (2002). Glossário da Avaliação e da Gestão Centrada nos Resultados. Tradução do Glossário de Avaliação e Gestão Centrada nos Resultados, produzido pelo Grupo de Trabalho sobre Avaliação do CAD/OCDE, realizada pela Divisão de Avaliação do ICP. OCDE. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/av_au_gloss_aval_gestao_port.pdf.

Lukesch, R. (2025) LEADER: Where it came from and what's still in it? No âmbito do projeto transnacional LEADER/CLLD: Our Common Future (2023-2024). Disponível em: <https://ldnet.eu/leader-where-it-came-from-and-whats-still-in-it/>.

PLANAPP – Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Pública (2023). Introdução à Teoria da Mudança - Ferramentas e Guias Metodológicos. Disponível em: https://planapp.gov.pt/wp-content/uploads/2023/09/PlanAPP_2023_GuiaTdM.pdf.



PLANAPP – Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas (2024). Guia para a Avaliação de Políticas Públicas. Disponível em: <https://www.planapp.gov.pt/wp-content/uploads/2024/12/PLANAPP-GuiaAvaliacaoPolíticasPublicas.pdf>.

Porta, M. (2018). *Orientações para a Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local*. Projeto "REDE LEADER 2020: Qualificar, Cooperar, Comunicar". Disponível em: https://inovacao.rede-rural.gov.pt/images/Docs/DOC_Projetos/Orientações_avaliação_EDL.pdf.

Porta, M. (2020). Análise prospetiva dos Resultados da Avaliação Intercalar das Estratégias de Desenvolvimento Local - Contributo para o Processo de Definição da Estratégia PORTUGAL 2030. Disponível em: <https://www.minhaterra.pt/relatorio-analise-prospectiva-dos-resultados-da-avaliacao-intercalar-das-estrategias-de-desenvolvimento-local-contributo-para-o-processo-de-definicao-da-estrategia-portugal-2030.T13604.php>.



6. GLOSSÁRIO

Para garantir uma avaliação e monitorização eficazes, é fundamental compreender de forma clara os conceitos e terminologias utilizadas. Este glossário inspira-se no Glossário da Avaliação e da Gestão Centrada nos Resultados, publicado pelo Instituto Camões ([disponível aqui](#)), apresentando definições adaptadas ao contexto específico da avaliação da abordagem LEADER.

Acompanhamento / Monitorização: Processo contínuo de recolha sistemática de informação, com base em indicadores definidos, para fornecer aos gestores e às partes interessadas (stakeholders) elementos sobre os progressos alcançados, os objetivos atingidos e os recursos utilizados numa intervenção de desenvolvimento local.

Atividade: Ações realizadas ou iniciativas desenvolvidas com vista à produção de realizações e resultados específicos, mobilizando recursos como financiamento, apoio técnico e outros tipos de meios.

Atribuição: Relação causal entre as mudanças observadas e uma atividade específica, permitindo confirmar que os efeitos resultam da intervenção avaliada.

Avaliação: Análise sistemática e objetiva de um projeto, programa ou política, seja em fase de implementação ou já concluído, para determinar a sua pertinência, grau de cumprimento dos objetivos, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade. A avaliação deve fornecer informações fiáveis e úteis para apoiar a tomada de decisão e melhorar futuras intervenções.

Avaliação participativa: Método de avaliação em que as partes interessadas (stakeholders) – incluindo beneficiários, parceiros e responsáveis pela implementação – trabalham em conjunto para estruturar e conduzir a avaliação, e para retirar conclusões.

Avaliação temática: Avaliação transversal de um conjunto de intervenções orientadas para um tema ou prioridade específica de desenvolvimento, podendo abranger diferentes territórios, setores e contextos.

Beneficiários: Indivíduos, grupos ou organizações que, direta ou indiretamente, beneficiam de uma intervenção de desenvolvimento local.

Cadeia de resultados: Sequência lógica que liga os recursos mobilizados e as atividades desenvolvidas aos efeitos desejados (resultados obtidos). Permite compreender como uma intervenção gera mudanças no território.

Conclusões: Síntese dos principais fatores de sucesso e dificuldades de uma intervenção avaliada, destacando os resultados obtidos (esperados ou inesperados) e outros aspetos relevantes para a tomada de decisões futura. Uma conclusão remete para os dados e análises elaboradas (evidências) através de uma cadeia transparente de argumentos.

Efeito / resultado: Mudança gerada por uma intervenção, no curto ou médio prazo, podendo ser direta ou indireta, esperada ou inesperada.

Eficácia: Grau de concretização dos objetivos de uma intervenção, tendo em conta a sua importância e pertinência. Mede até que ponto foram atingidos os resultados esperados de forma sustentável.

Eficiência: Relação entre os recursos utilizados (financeiros, humanos, ...) e os resultados alcançados, avaliando se a intervenção foi realizada da forma mais económica possível.

Grupo alvo / público alvo: Pessoas ou organizações que são o foco principal da intervenção.



Indicador: Elemento de natureza quantitativo ou qualitativo utilizado que constitui um meio simples para acompanhar e medir mudanças provocadas por uma intervenção e avaliar o seu desempenho.

Instrumentos de análise: Métodos ou técnicas utilizadas para processar e interpretar dados e informação recolhida durante uma avaliação.

Instrumentos de recolha de dados: Métodos utilizados para identificar fontes de informação e recolher dados relevantes para a avaliação.

Intervenção lógica: Modelo que estrutura a relação entre os recursos, atividades, resultados e impactos esperados de uma intervenção, ajudando na sua conceção, execução e avaliação. Isso inclui a identificação dos elementos estratégicos (recursos, realizações, resultados) e suas relações causais, dos indicadores, assim como dos factores que podem influenciar o sucesso intervenção (inibidores ou promotores).

Lições aprendidas: Conhecimento adquirido a partir da experiência de implementação de atividades (frequentemente destaca os pontos fortes e fracos), projetos, estratégias ou políticas, que permite retirar ensinamentos para melhorar intervenções futuras e evitar erros recorrentes.

Objetivo específico: Resultados que o projeto ou programa é suposto produzir. Resultados concretos (físicos, financeiros, institucionais, sociais, ambientais ou outros) que um projeto, estratégia ou política pretende alcançar).

Objetivo estratégico: Objetivo de longo prazo para o qual uma intervenção contribui, enquadrando-se numa visão mais ampla de desenvolvimento.

Parceiros: Pessoas ou organizações que colaboram na implementação de uma intervenção, iniciativa, estratégia, contribuindo para a concretização dos seus objetivos.

Partes interessadas (Stakeholders): Organizações, grupos ou indivíduos com interesse direto ou indireto numa intervenção de desenvolvimento ou na sua avaliação, incluindo entidades financiadoras, beneficiários, parceiros locais e sociedade civil.

Pressupostos / factores: Condições internas e externas que podem influenciar o sucesso de uma intervenção, podendo representar oportunidades ou riscos.

Realizações: Bens, equipamentos, infraestruturas ou serviços que resultam da intervenção, contribuindo para a produção de resultados.

Recomendações: Propostas baseadas nas conclusões da avaliação, que têm por objetivo promover a eficácia e a eficiência de uma intervenção, reorientar os objetivos, e/ou redistribuir/reafectar recursos.

Recursos: Meios financeiros, humanos e materiais mobilizados para a implementação de uma intervenção.

Relevância / Pertinência: Grau em que os objetivos de uma intervenção respondem às necessidades da comunidade, às prioridades locais e às políticas públicas de desenvolvimento.

Resultados: Efeitos (esperados ou não, positivos ou negativos) resultantes de uma intervenção.

Sustentabilidade: Capacidade de uma intervenção gerar benefícios duradouros após a sua conclusão.

Transparência (responsabilidade de prestar contas): Obrigação de demonstrar que a intervenção foi realizada de acordo com os critérios e normas estabelecidos, e garantir a comunicação clara e imparcial dos seus resultados face aos objetivos esperados.

Triangulação: Utilização de diferentes fontes de informação, metodologias ou análises para validar e reforçar a credibilidade dos resultados de uma avaliação.



ANEXOS

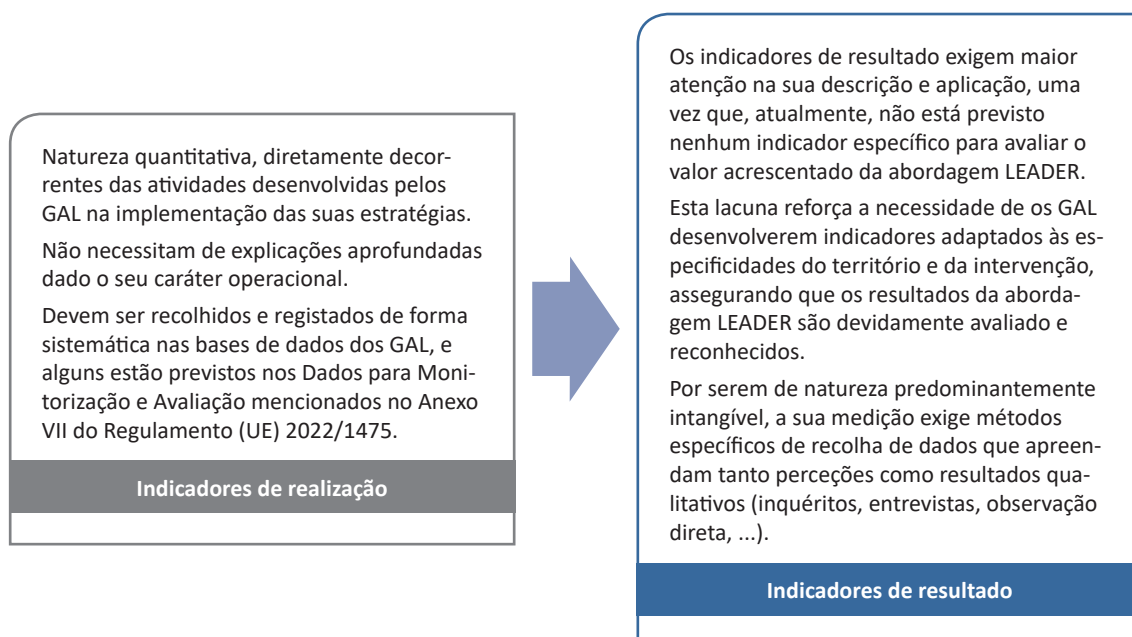


1. INDICADORES: DESCRIÇÃO E APLICAÇÃO (ESTRUTURA E MÉTRICAS)

A definição e aplicação de indicadores são elementos essenciais para avaliar o valor acrescentado da abordagem LEADER. Este capítulo visa apoiar os GAL na descrição dos indicadores, com ênfase nos indicadores de resultado, bem como na identificação das fontes de informação mais adequadas para a sua medição.

Inspirado nas orientações mais recentes da Comissão Europeia – Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, apresentadas no documento *“Assessing the Added Value of LEADER”*, este guia sublinha a importância de utilizar indicadores que capturem as realizações e os benefícios adicionais gerados pela aplicação dos sete princípios da abordagem LEADER (resultados). Os indicadores descritos organizam-se em duas categorias principais (cf. Figura seguinte).

FIGURA 6. CATEGORIAS DE INDICADORES A RECOLHER



Este Anexo destaca ainda as fontes de informação que devem ser utilizadas para medir os indicadores, incluindo dados quantitativos e qualitativos recolhidos pelos GAL ou através de parceiros, *stakeholders* e outros atores relevantes.

A estrutura proposta para os indicadores de realização foi concebida para ser funcional e direta, permitindo uma aplicação prática e eficiente pelos GAL. Contudo, para que este sistema de monitorização e avaliação seja eficaz, é necessário considerar os seguintes aspetos:

- **Definição clara de indicadores:** cada indicador deve ser descrito com precisão, incluindo o que mede e o seu objetivo (relação com os princípios da abordagem LEADER). Para este efeito, a descrição dos indicadores foi enriquecida com os seguintes elementos:
 - Definição / objetivo do indicador: explicação sucinta do que o indicador mede e como está relacionado com os objetivos específicos da EDL e com o valor acrescentado da abordagem LEADER.



- Fonte de dados: identificação das fontes possíveis para recolher a informação necessária, como relatórios de execução, registos administrativos, inquéritos e entrevistas.
- Abordagem: fórmula ou método utilizado para calcular os indicadores. (cf. Tabelas das páginas seguintes)
- **Integração nos sistemas de informação existentes:** os indicadores devem ser integrados em sistemas de monitorização e avaliação já existentes, como os previstos no *Plano de Avaliação / PEPAC Portugal 2023-2027* e no Regulamento (UE) 2022/1475).
- **Acompanhamento e ajustamento contínuos:** o sistema de indicadores deve ser flexível, permitindo ajustamentos com base nas lições aprendidas e nas mudanças de contexto territorial.

A periodicidade com que os dados devem ser recolhidos depende da organização de cada GAL, no entanto, deve ser assegurada alguma regularidade e consistência no acompanhamento das atividades (p.e., manter a sistematização dos indicadores de realização no âmbito dos Relatórios de execução anuais) e de forma a dar resposta aos processos de avaliação.

Com esta estrutura, os indicadores de realização tornam-se mais claros, objetivos e fáceis de operacionalizar, assegurando consistência e rigor no sistema de monitorização e avaliação. Os blocos de tabelas seguintes fornecem uma visão detalhada e prática dos indicadores sugeridos.

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

MELHORIA DO CAPITAL SOCIAL			
Indicador	Definição e objetivo	Fontes de dados	Notas
r1. Número total de parceiros do GAL, discriminado por tipo de organização.	Conta e classifica os membros do GAL por tipo de organização (administração pública, setor privado, interesses sociais, outros). Monitoriza a diversidade e representatividade da parceria do GAL, assegurando a inclusão de diferentes tipos de atores no processo de desenvolvimento do território.	Registos do GAL, listas oficiais de membros do GAL.	Previsto no Anexo VII do Regulamento (UE) 2022/1475: L600 a L604.
r2. Número de novas iniciativas conjuntas entre vários tipos de atores.	Estima o número de novas iniciativas colaborativas entre diferentes atores (parcerias/colaborações formais e informais), formadas para desenvolver projetos ou atividades no território.	Relatórios de atividades / de execução, registos de colaborações formais.	Importante distinguir entre colaborações formais (protocolos, contratos) e informais (iniciativas comunitárias).
r3. Número e tipo de parceiros envolvidos em atividades de ligação em rede.	Quantificação de parceiros do GAL que participam em atividades de networking e em colaborações formais e informais com os atores do território, classificando por tipo de organização.	Listas de presença, relatórios de eventos e de atividades.	Número e diversidade de parceiros que participam em atividades de rede promovidas pelo GAL.
r4. Proporção de projetos implementados conjuntamente por vários tipos de promotores.	Mede a percentagem de projetos realizados em parceria por promotores de diferentes setores.	Registos administrativos do GAL, relatórios de projetos, relatórios de atividades. Base de dados de projetos, relatórios de atividades / de execução.	Percentagem de projetos conjuntos. Previsto no Anexo VII do Regulamento (UE) 2022/1475: L700 e L706
r5. Número de projetos de cooperação.	Quantifica o número de projetos realizados em cooperação com GAL (e outras entidades) de territórios diferentes (interterritorial e transnacional - dentro e fora do território nacional, respetivamente).	Relatórios de projetos, base de dados do GAL. Relatórios de execução.	Número total de projetos de cooperação inter-regional executados pelo GAL. Previsto no Anexo VII do Regulamento (UE) 2022/1475: L708 e L709.
r6. Número e tipo de membros / atores envolvidos nos projetos de cooperação.	Regista a diversidade e representatividade de atores envolvidos em projetos de cooperação.	Relatórios de projetos, listas de membros	Número total e tipo de membros (diferenciar por tipos de projetos de cooperação – interterritorial e transnacional).



Indicador	Definição e objetivo	Fontes de dados	Notas
r7. Nível de satisfação dos participantes com os resultados dos projetos de cooperação.	Mede a percepção dos participantes em relação à eficácia e resultados / benefícios dos projetos de cooperação.	Inquéritos de satisfação, entrevistas.	Incluir uma escala qualitativa para respostas. Nível de satisfação (escala de Likert: Muito satisfeito / Satisfeito / Nem satisfeito nem insatisfeito / Insatisfeito / Muito insatisfeito)
r8. Número e tipo de redes em que o GAL participa.	Avalia a integração do GAL em redes locais, regionais, nacionais e internacionais, promovendo colaboração e troca de conhecimentos.	Listas de redes, relatórios de participação, registos do GAL.	Número e tipo de redes.
r9. Número e tipo de atividades de animação.	Mede as ações de animação territorial realizadas pelo GAL para mobilizar e envolver comunidades locais no processo de desenvolvimento / na implementação da EDL.	Registos de atividades, relatórios de execução.	Número total de atividades, discriminadas por tipos (p.e., sensibilização, capacitação, promoção, sessões de feedback entre parceiros e comunidades).
r10. Nível de confiança em relação ao GAL.	Mede a percepção dos parceiros, comunidades locais e instituições (p.e., Rede Nacional PAC, do Organismo Pagador, e da Autoridade de Gestão, ...) sobre a credibilidade e eficiência do GAL.	Inquéritos, entrevistas	Percentagem e nível de confiança percebido. Pode ser incluída uma escala onde a confiança varia de 0 a 100.
r11. Número e tipo de atividades de animação orientadas para promover a inclusão das comunidades rurais.	Contabiliza as ações específicas para promover a inclusão das comunidades rurais no processo de desenvolvimento (nº de ações de sensibilização, divulgação, ...)	Relatórios de atividades, listas de participantes.	Número e categorização das atividades.
r12. Nível de participação da comunidade local na conceção e execução da EDL.	Mede o envolvimento das comunidades no processo de decisão e implementação da estratégia de desenvolvimento local.	Inquéritos, atas de ações e de reuniões.	Percentagem de participantes em relação ao público-alvo total.

MELHORIA DOS SISTEMAS DE GOVERNANÇA

Indicador	Definição e objetivo	Fontes de dados	Notas
r13. Número total de membros do GAL no órgão de decisão, por tipo de organização.	Mede o número de membros que compõem o órgão de decisão do GAL, categorizados por tipo de organização (administração pública, interesses económicos privados, interesses sociais locais, outros). Monitoriza a diversidade e representatividade das organizações no órgão de decisão, assegurando a inclusão de diferentes tipos de atores no processo de decisão do GAL.	Registos administrativos do GAL, listas oficiais de membros do órgão de decisão.	A diversidade no órgão de decisão é um reflexo do capital social estrutural do GAL. Número total e percentagem por categoria. Previsto no Anexo VII do Regulamento (UE) 2022/1475: L610 e L619
r14. Número e tipo de atividades de animação para envolver comunidades nas tomadas de decisão.	Contabiliza o número de atividades de animação realizadas (e.g., reuniões, workshops, sessões públicas), desagregadas por tipo, orientadas para promover o envolvimento ativo das comunidades rurais nos processos de decisão. Monitoriza o esforço do GAL em mobilizar a participação das comunidades locais, assegurando uma abordagem inclusiva e ascendente na elaboração e implementação da EDL.	Relatórios de atividades, agendas de eventos e listas de presença.	A animação é essencial para reforçar a participação e legitimação das decisões do GAL. Número de atividades, desagregado por tipo (sessões públicas, workshops, reuniões).
r15. Número e tipo de atividades de reforço de capacidade administrativa e técnica do GAL.	Contabiliza as atividades destinadas ao reforço das capacidades de gestão técnica, administrativa e financeira do GAL, incluindo formações e sessões de capacitação para a ETL, membros da parceria e órgão de gestão, com o objetivo de garantir a eficiência e qualidade da gestão na implementação da EDL.	Registos internos do GAL, relatórios de formação, certificados de participação.	Capacitação é um fator-chave para uma gestão eficaz e sustentável. Número de atividades, categorizadas e por tipo de destinatários (e número de participações).



Indicador	Definição e objetivo	Fontes de dados	Notas
r16. Número e tipo de documentos produzidos sobre atividades do GAL.	Regista a produção de relatórios e outros documentos relevantes para monitorizar e relatar as atividades do GAL. Facilita a transparência, prestação de contas e a comunicação com atores e stakeholders.	Sistema interno de gestão de informação do GAL.	A documentação bem organizada reforça a credibilidade e facilita auditorias. Número de relatórios/documentos (relatórios de atividades, relatórios financeiros, estudos, atas).
r17. Número e tipo de atividades de animação e de apoio, por grupo-alvo.	Contabiliza as atividades específicas de animação realizadas (p.e., realização de consultas públicas, reuniões, campanhas de sensibilização, criação de espaços de diálogo entre os diferentes atores) para diferentes grupos-alvo no território (p.e., jovens, mulheres, pequenos empresários). Monitoriza o esforço do GAL em atender às necessidades específicas de diferentes grupos no território, promovendo a inclusão e a participação diversificada.	Relatórios de atividades, listas de participantes.	A segmentação das atividades pode ser importante para alcançar diferentes públicos de forma eficaz. Atividades podem incluir sensibilização, capacitação, formação e ações colaborativas Número de atividades, categorizadas por grupo-alvo
r18. Número atividades de comunicação da atividade do GAL (e instrumentos utilizados).	Contabiliza as atividades de comunicação realizadas pelo GAL (e.g., campanhas informativas, artigos, eventos, publicações), bem como os instrumentos utilizados (p.e., site, redes sociais, boletins informativos), para divulgar as suas atividades. Monitoriza a estratégia de comunicação do GAL e a capacidade do GAL de disseminar informação.	Relatórios de comunicação, registos de redes sociais / plataforma, materiais promocionais.	Comunicação eficaz aumenta a visibilidade e o resultado das atividades do GAL. Número de atividades e tipos de instrumentos utilizados.
r19. Número de sessões de esclarecimento.	Contabiliza o número de sessões organizadas para informar a comunidade e os beneficiários e potenciais beneficiários sobre as atividades, oportunidades e responsabilidades do GAL. Monitoriza o esforço do GAL em garantir o esclarecimento e a transparência nos processos de tomada de decisão e implementação de projetos.	Relatórios de atividades, listas de presença.	Sessões frequentes reforçam a visibilidade, o envolvimento e a confiança no GAL. Número de sessões de esclarecimento (e número e tipologia de potenciais beneficiários; percentagem e número de novos beneficiários).
r20. Número e tipo de interações com os diferentes níveis de governação.	Regista as interações formais realizadas pelo GAL por tipo (p.e., reuniões, workshops, sessões de trabalho estratégicas, com a FMT, AG, OP, ...) e diferentes níveis de governação (local, regional, nacional, europeu). Monitoriza o esforço do GAL na articulação com diferentes níveis de governação, assegurando o alinhamento estratégico e a coordenação das políticas de desenvolvimento rural.	Relatórios de atividades e atas.	Frequência das interações reflete a capacidade do GAL de alinhar / influenciar ações com outras entidades de diferentes níveis de governação. Número de interações (presenciais ou online), desagregadas por tipo por nível de governação.



MELHORES RESULTADOS DOS PROJETOS APOIADOS			
Indicador	Definição e objetivo	Fontes de dados	Notas
r21. Proporção entre o financiamento FEADER e outras fontes de financiamento para a realização da EDL.	Mede a relação entre os recursos financeiros provenientes do FEADER e outras fontes de financiamento (públicas e privadas) mobilizadas para implementar a EDL. Reflete a diversificação das fontes de financiamento utilizadas pelo GAL e monitoriza a sua capacidade em mobilizar recursos complementares ao financiamento FEADER, para promover a sustentabilidade financeira da EDL.	Relatórios financeiros, registos do GAL.	Taxa de alavancagem = (Montante de financiamento externo mobilizado / Montante total da EDL) x 100. Considerar indicador previsto no Anexo VII do Regulamento (UE) 2022/1475: L922.
r22. Número e valor dos projetos candidatados a outras fontes de financiamento que não FEADER.	Regista o número e o valor total das candidaturas realizadas pelos promotores a fontes de financiamento distintas do FEADER. Monitoriza o esforço dos promotores em diversificar as fontes de financiamento para os seus projetos, reduzindo a dependência exclusiva do FEADER. Mede o esforço do GAL em atrair financiamento alternativo para apoiar os projetos locais.	Registos de candidaturas, relatórios financeiros.	Número total de projetos candidatados pelo GAL e montante total não FEADER.
r23. Número e tipo de atividades de animação para identificar e motivar novos promotores de projetos.	Contabiliza o número e os tipos de atividades de animação realizadas para identificar novos promotores e motivá-los a apresentar projetos no âmbito da EDL. Monitoriza as ações do GAL destinadas a ampliar a base de promotores de projetos, incluindo novos atores e grupos marginalizados.	Relatórios de atividades, listas de participantes.	Número total e categorização das atividades realizadas. Análise das categorias de participantes registados. Considerar indicadores previstos no Anexo VII do Regulamento (UE) 2022/1475: L700 a L707.
r24. Número e tipo de atividades de animação para evidenciar as necessidades / objetivos específicos do território.	Mede o número e o tipo de atividades realizadas para identificar e destacar as necessidades e os objetivos específicos do território (p.e., reuniões de diagnóstico, consultas, workshops). Reflete a capacidade do GAL de recolher e integrar as necessidades locais na implementação da EDL.	Relatórios de atividades, registos do GAL.	Número total e categorização das atividades realizadas.
r25. Número e montante de investimento dos projetos apoiados que contribuem para cada um dos objetivos específicos da EDL.	Contabiliza o número e o montante financeiro de projetos aprovados que contribuem para cada um dos objetivos específicos da EDL. Monitoriza o alinhamento dos projetos apoiados com os objetivos estratégicos da EDL.	Relatórios financeiros, base de dados do GAL.	Número de projetos e montante total de investimento, por cada um dos objetivos específicos da EDL.
r26. Número e montante de investimento de projetos apoiados focados no reforço da identidade local.	Mede o número e o montante financeiro de projetos que promovem a valorização e fortalecimento da identidade local (cultural, histórica e territorial). Monitoriza o esforço do GAL em apoiar projetos que reforcem o sentido de identidade do território.	Relatórios de projetos, base de dados do GAL (p.e., iniciativas culturais, artísticas e patrimoniais).	Número de projetos apoiados e montante total de investimento.
r27. Tipo de projetos que a EDL permitiu apoiar, em comparação com outros tipos de apoio público.	Identifica os tipos de projetos específicos (adaptados às necessidades locais) que só foram possíveis devido ao modelo e flexibilidade da EDL, em comparação com projetos apoiados por outros instrumentos de política pública.	Fichas de projetos, base de dados do GAL, análise comparativa.	Importante fazer a comparação dos projetos financiados pela EDL com os de outras fontes de financiamento público (destacar diferenças qualitativas). Categorização dos projetos.
r28. Número de projetos inovadores (no contexto local) apoiados.	Mede o número de projetos que introduzem ideias, produtos, processos ou práticas consideradas inovadoras no contexto local do território do GAL. Monitoriza a capacidade do GAL em apoiar iniciativas que promovam inovação e novas soluções para desafios específicos.	Fichas de projetos, base de dados do GAL.	Número total de projetos apoiados classificados como inovadores no contexto local. Previsto no Anexo VII do Regulamento (UE) 2022/1475: L710.



Indicador	Definição e objetivo	Fontes de dados	Notas
r29. Percentagem da despesa em projetos inovadores face à despesa total.	Proporção dos recursos financeiros alocados a projetos inovadores em relação ao orçamento total dos projetos apoiados pelo GAL. Monitoriza a prioridade dada à inovação na alocação de recursos, refletindo o compromisso do GAL com o estímulo à criatividade e à inovação em contexto local.	Relatórios financeiros, base de dados do GAL.	Percentagem de despesa em projetos inovadores no contexto local.
r30. Número de projetos apoiados que contribuíram para o desenvolvimento económico do território.	Monitoriza o número de projetos que podem eventualmente contribuir para dinamizar a economia local e promover o crescimento sustentável do território.	Fichas de projetos, base de dados do GAL. Considerar projetos com objetivos de criação de emprego, aumento de rendimentos ou criação de atividades económicas.	Número total de projetos com objetivos económicos. Considerar indicadores previstos no Anexo VII do Regulamento (UE) 2022/1475: L802, L805.
r31. Percentagem da despesa em projetos com objetivos económicos face à despesa total.	Proporção dos recursos financeiros destinados a projetos com objetivos económicos em relação ao total de despesas realizadas com projetos apoiados pelo GAL. Monitoriza o foco atribuído ao desenvolvimento económico na distribuição do orçamento da EDL, garantindo um equilíbrio estratégico na aplicação dos recursos.	Relatórios financeiros, base de dados do GAL.	Percentagem da despesa dedicada a projetos com objetivos económicos.
r32. Número de projetos apoiados que contribuíram para a sustentabilidade ambiental do território.	Regista o número de projetos apoiados que podem, eventualmente, contribuir para gerar benefícios ambientais no território (p.e., conservação de recursos naturais, redução de emissões de carbono, práticas agrícolas sustentáveis). Monitorizar o impacto ambiental positivo promovido pelos projetos apoiados, alinhando-se com objetivos de sustentabilidade e proteção do meio ambiente	Fichas de projetos, base de dados do GAL. Considerar projetos com objetivos alinhados com sustentabilidade e proteção do meio ambiente.	Número total de projetos com objetivos ambientais. Considerar indicadores previstos no Anexo VII do Regulamento (UE) 2022/1475: L803, L804.
r33. Percentagem da despesa em projetos com objetivos ambientais face à despesa total.	Proporção dos recursos financeiros destinados a projetos com objetivos ambientais em relação ao total de despesas realizadas com projetos apoiados pela EDL. Monitoriza o foco atribuído à sustentabilidade ambiental na distribuição do orçamento da EDL.	Relatórios financeiros, base de dados do GAL.	Percentagem da despesa dedicada a projetos com objetivos ambientais.
r34. Número de projetos apoiados que contribuíram para a sustentabilidade social do território.	Regista o número de projetos apoiados que podem, eventualmente, contribuir para gerar benefícios sociais no território (fortalecer o tecido social, promover a inclusão e equidade, ...).	Fichas de projetos, base de dados do GAL. Considerar projetos com objetivos sociais (p.e., inclusão de grupos vulneráveis, melhoria de condições de vida).	Número total de projetos com objetivos sociais. Considerar indicadores previstos no Anexo VII do Regulamento (UE) 2022/1475: L809.
r35. Percentagem da despesa em projetos com objetivos sociais face à despesa total.	Proporção dos recursos financeiros destinados a projetos com objetivos sociais em relação ao total de despesas realizadas com projetos apoiados pelo GAL. Monitoriza o foco atribuído à sustentabilidade social na distribuição do orçamento da EDL.	Relatórios financeiros, base de dados do GAL.	Percentagem da despesa dedicada a projetos com objetivos sociais.
r36. Número de atendimentos (pré-projeto e após aprovação de projetos).	Regista o número de atendimentos realizados pela ETL a potenciais beneficiários, beneficiários e consultores. Monitoriza o apoio técnico e informativo prestado no período de pré-submissão, ajudando a preparar projetos e a fomentar a participação; e apoio contínuo aos beneficiários, assegurando o bom andamento dos projetos aprovados, contribuindo para o seu sucesso.	Registos de atendimentos antes da submissão de candidaturas; e após a aprovação dos projetos, para acompanhamento, esclarecimento ou resolução de questões operacionais.	Número total de atendimentos (presenciais, telefónicos, online) categorizado por tipo (pré-projeto, pós-aprovação).



Indicador	Definição e objetivo	Fontes de dados	Notas
r37. Número de atividades de divulgação dos produtos / serviços de projetos apoiados.	Contabiliza o número de ações realizadas para promover os produtos e serviços criados no âmbito projetos apoiados pela EDL (p.e., encontros, feiras, festas temáticas, mostras de produtos locais, ...). Monitoriza o esforço do GAL na promoção e valorização dos resultados dos projetos, ampliando também a visibilidade do território.	Relatórios de atividades do GAL.	Número total de atividades, categorizadas por tipo.
r38. Número de projetos apoiados que promovem ligações entre atores locais.	Regista o número de projetos apoiados que fomentam a colaboração entre atores locais (organizações públicas, privadas e da sociedade civil, empresas privadas) para alcançar objetivos comuns. Monitoriza a capacidade do GAL em criar articulações e redes colaborativas no território.	Fichas de projetos, base de dados do GAL.	Projetos identificados com ligações entre atores locais. Número de projetos apoiados com ligações entre atores locais.
r39. Número de projetos apoiados executados conjuntamente por vários tipos de promotores.	Regista o número de projetos que foram desenvolvidos por diferentes tipos de promotores em conjunto (organizações do setor público, privado e da sociedade civil, empresas privadas). Monitoriza a capacidade do GAL de estimular a colaboração intersectorial e reforçar parcerias no território.	Fichas de projetos, base de dados do GAL.	Projetos identificados com execução por vários promotores. Número de projetos apoiados executados conjuntamente por vários tipos de promotores. Previsto no Anexo VII do Regulamento (UE) 2022/1475: L706.
r40. Percentagem da despesa em projetos executados conjuntamente por vários tipos de promotores face à despesa total.	Proporção dos recursos financeiros alocados a projetos executados em parceria por diferentes tipos de promotores em relação ao total das despesas realizadas pelo GAL. Monitoriza o compromisso do GAL em apoiar iniciativas colaborativas.	Relatórios financeiros, base de dados do GAL.	Percentagem da despesa dedicada a projetos executados conjuntamente por vários tipos de promotores.



INDICADORES DE RESULTADO

MELHORIA DO CAPITAL SOCIAL							
Indicador	R1. Aumento do índice de diversidade da parceria do GAL						
Definição e objetivo	Avalia se a diversidade da parceria do GAL aumenta durante o período de implementação da EDL, garantindo uma composição equilibrada e inclusiva.						
Fontes de dados	Considerar r.1. Indicador quantitativo, com percepções complementares recolhidas em entrevistas / grupos focais e/ou inquéritos.						
Abordagem	Índice de diversidade (D), calculado através da fórmula de Brown (com base na representação proporcional dos diferentes tipos de membros). $D=1-\sum(p_i^2)$ D é o índice de diversidade (varia entre 0 e 1, sendo 0 = nenhuma diversidade e 1 = máxima diversidade). pi é a proporção de parceiros de cada tipo em relação ao total da parceria. Cálculo: <i>Exemplo:</i> Parceria com 30 membros, distribuída pelos 4 tipos de organização: Administração pública (10 membros), Setor privado (5 membros); Interesses sociais (8 membros); Outros: 7 membros. <table> <tr> <td>1. Calcular a proporção de cada tipo de parceiro:</td><td>Administração pública: $p_1=10/30=0,33$; $p_1^2=0,33^2=0,11$ Setor privado: $p_2=5/30=0,17$; $p_2^2=0,17^2=0,03$ Interesses sociais: $p_3=8/30=0,27$; $p_3^2=0,27^2=0,07$ Outros: $p_4=7/30=0,23$; $p_4^2=0,23^2=0,05$</td></tr> <tr> <td>2. Somar os valores de p_i^2:</td><td>$\sum(p_i^2) = 0,11+0,03+0,07+0,05=0,26$</td></tr> <tr> <td>3. Subtrair o total de p_i^2 de 1:</td><td>$D=1-0,26=0,74$</td></tr> </table> O índice de diversidade da parceria é 0,74, indicando uma boa diversidade, mas com possibilidade de maior equilíbrio. Um valor mais próximo de 1 significa maior diversidade. Análise qualitativa. Exemplos de questões para inquéritos: – Qual a sua percepção sobre a representatividade da parceria do GAL? – Considera haver algum grupo de interesse sub-representado na parceria do GAL? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Quais os desafios para garantir a diversidade na composição da parceria do GAL? – Que estratégias podem ser usadas para diversificar e incluir outros atores relevantes na parceria? – Como a diversidade atual influencia as atividades e decisões do GAL?	1. Calcular a proporção de cada tipo de parceiro:	Administração pública: $p_1=10/30=0,33$; $p_1^2=0,33^2=0,11$ Setor privado: $p_2=5/30=0,17$; $p_2^2=0,17^2=0,03$ Interesses sociais: $p_3=8/30=0,27$; $p_3^2=0,27^2=0,07$ Outros: $p_4=7/30=0,23$; $p_4^2=0,23^2=0,05$	2. Somar os valores de p_i^2 :	$\sum(p_i^2) = 0,11+0,03+0,07+0,05=0,26$	3. Subtrair o total de p_i^2 de 1:	$D=1-0,26=0,74$
1. Calcular a proporção de cada tipo de parceiro:	Administração pública: $p_1=10/30=0,33$; $p_1^2=0,33^2=0,11$ Setor privado: $p_2=5/30=0,17$; $p_2^2=0,17^2=0,03$ Interesses sociais: $p_3=8/30=0,27$; $p_3^2=0,27^2=0,07$ Outros: $p_4=7/30=0,23$; $p_4^2=0,23^2=0,05$						
2. Somar os valores de p_i^2 :	$\sum(p_i^2) = 0,11+0,03+0,07+0,05=0,26$						
3. Subtrair o total de p_i^2 de 1:	$D=1-0,26=0,74$						
Notas	Pode calcular-se a média de índices de diversidade (p.e., a nível nacional) ou pode comparar-se várias parcerias ou analisar a evolução da diversidade ao longo do tempo. Contudo, é importante interpretar os resultados com cautela, pois o índice de diversidade (D) mede um equilíbrio relativo dentro de cada parceria e não considera diretamente a dimensão de cada parceria. Note-se, ainda, que parcerias maiores podem influenciar a média devido à maior variedade de membros e a média não captura diferenças subtis nas proporções dos tipos de parceiros. Assim, a média pode ser uma ferramenta útil, mas deve ser complementada com análises qualitativas mais detalhadas, como a comparação de proporções ou a evolução individual de D ao longo do tempo.						



Indicador	R1. Aumento do nível de participação dos parceiros nas atividades desenvolvidas pelo GAL.
Definição e objetivo	Avalia a evolução do envolvimento dos membros da parceria em atividades do GAL ao longo do tempo (p.e., reuniões, sessões de trabalho, ações de sensibilização).
Fontes de dados	Registos do GAL de presenças em reuniões e eventos, atas de reuniões. Indicador quantitativo, com percepções qualitativas complementares recolhidas em entrevistas / grupos focais e/ou inquéritos.
Abordagem	Proporção de parceiros participantes em atividades = (Nº de parceiros participantes / Total de parceiros do GAL) x 100. Escala de Likert e análise qualitativa. Exemplos de questões para inquéritos: – Participou em atividades do GAL nos últimos 6-12 meses? Se sim, quantas vezes? – Considera as reuniões e eventos do GAL acessíveis e relevantes para os parceiros? – Que fatores motivam ou dificultam sua participação nas atividades do GAL? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Como o GAL pode melhorar o envolvimento dos parceiros nas atividades organizadas? – Qual o nível de participação e envolvimento dos parceiros na fase de elaboração / implementação da EDL? – De que forma a participação dos parceiros influenciaram a atuação do GAL?
Notas	Pode ter-se em conta as atividades de animação registadas pelos indicadores r10, r12, r15, r18, r20, r21, r24, r25, r39. Pode utilizar-se a percepção sobre a participação dos parceiros nas atividades desenvolvidas pelo GAL (elevada, média, baixa). Distinguir fases de elaboração e de implementação da EDL.
Indicador	R2. Aumento da densidade e qualidade percebida das interações entre os parceiros do GAL.
Definição e objetivo	Mede a frequência e profundidade das interações entre os parceiros, incluindo a capacidade de discutir, tomar decisões e colaborar em iniciativas conjuntas.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais com parceiros do GAL.
Abordagem	Escala de Likert e análise qualitativa. Grau de participação e envolvimento dos parceiros (classificação baixo, médio, elevado, e pontuação qualitativa (1 a 5)). Exemplos de questões para inquéritos: – Com que frequência interage com outros membros do GAL? – Como avalia a qualidade das interações nas reuniões? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Que fatores considera poder reforçar ou limitar as interações entre os parceiros do GAL? – Na sua opinião, as reuniões do GAL promovem discussões construtivas? Porquê? – Que atividades poderiam melhorar a qualidade e frequência das interações entre os parceiros do GAL?
Notas	Distinguir fases de elaboração e de implementação da EDL.
Indicador	R3. Aumento da densidade e qualidade das interações entre atores do território.
Definição e objetivo	Mede a frequência e profundidade das interações entre diferentes atores no território. Avalia a capacidade do GAL em reforçar as ligações entre agentes do território e trabalho conjunto.
Fontes de dados	Registos de eventos locais. Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Escala de Likert e análise qualitativa. Frequência das interações entre atores do território (classificação baixa, média, elevada) e pontuação qualitativa (1 a 5). Exemplos de questões para inquéritos: – Com que frequência interage / colabora com outros atores locais? Que tipo de colaboração considera mais frequente (p.e., formal/informal)? – Como avalia a relevância e a qualidade dessas interações? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Quais os benefícios de reforçar as interações entre diferentes atores no território? – Quais as atividades específicas que têm contribuído para melhorar as interações no território e promover colaborações mais efetivas no território? – Como o GAL pode facilitar maior interação e colaboração entre atores locais?
Notas	Pode diferenciar-se as interações entre promotores de projetos e outras entidades locais.



Indicador	R4. Melhoria do trabalho em rede / colaboração no território.
Definição e objetivo	Mede a percepção de melhoria do trabalho em rede, incluindo parcerias e colaborações formais e informais estabelecidas entre os diferentes atores do território.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Estudo de casos.
Abordagem	Escala de Likert e análise qualitativa. Pontuação qualitativa (1 a 5). Exemplos de questões para inquéritos: – Participou em parcerias ou colaborações novas nos últimos 12 meses? – Como avalia a utilidade dessas colaborações para os objetivos do território? – Qual o nível de satisfação quanto à qualidade das colaborações (ter em conta objetivos a que se propuseram e objetivos alcançados). – Que tipo de apoio / incentivo poderia facilitar mais trabalho em rede / colaborações? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Acha que o trabalho em rede no território melhorou nos últimos 12 meses? O GAL contribuiu para essa melhoria? Como? – Quais obstáculos ainda persistem para melhorar o trabalho em rede? Quais fatores considera contribuir para a construção de redes eficazes no território? – Qual a percepção em termos de benefícios mútuos do trabalho em rede?
Notas	Pode ser útil diferenciar setores de colaboração e em termos de relacionamento com diferentes grupos (e.g., beneficiários e não beneficiários).
Indicador	R5. Aumento da cultura de cooperação no território.
Definição e objetivo	Mede o desenvolvimento de uma cultura de cooperação entre os atores do território, incluindo promotores, beneficiários e intervenientes externos.
Fontes de dados	Relatórios de atividades, atas de reuniões. Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Escala de Likert e análise qualitativa. Escala qualitativa (1 a 5) com percepções recolhidas diretamente das partes interessadas. Exemplos de questões para inquéritos: – Considera que a cultura de cooperação aumentou no território? – Participou em atividades ou iniciativas colaborativas no último ano? Quais? – Como avalia o nível de cooperação entre os atores do território? – Quais benefícios e desafios identifica na promoção da cooperação? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Quais os fatores que facilitam ou dificultam a cooperação no território? – Pode dar exemplos de colaborações bem-sucedidas? – Quais as atividades que contribuíram para reforçar a cooperação? Que iniciativas poderiam promover maior cooperação no território?
Indicador	R6. Aumento do nível de intercâmbio no território.
Definição e objetivo	Avalia os resultados das iniciativas que promovem o intercâmbio de conhecimentos, experiências, boas práticas e inovação entre os atores do território.
Fontes de dados	Relatórios de eventos, listas de presença. Inquéritos qualitativos aos stakeholders / Participantes. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5) com percepções recolhidas diretamente das partes interessadas. Exemplos de questões para inquéritos: – Participou em eventos ou atividades de intercâmbio realizados pelo GAL? Como avalia a sua eficácia / utilidade? – Que tipo de boas práticas ou conhecimentos considera mais úteis para o território? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Quais iniciativas de intercâmbio foram mais bem-sucedidas? – Que estratégias podem ser adotadas para ampliar a disseminação de boas práticas? – Como a inovação tem sido promovida através das atividades do GAL? – O que mais valoriza nos eventos de intercâmbio promovidos pelo GAL?
Notas	Ter em conta que a periodicidade dos eventos pode influenciar os resultados.



Indicador	R7. Aumento do apoio e da confiança mútua entre as partes interessadas.
Definição e objetivo	Mede a melhoria das relações de confiança e apoio mútuo entre a ETL, membros da parceria do GAL, beneficiários e demais partes interessadas, promovendo um ambiente de apoio mútuo e colaboração ativa no desenvolvimento do território.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Observação direta.
Abordagem	Escalas de Likert e análise qualitativa. Escala qualitativa (1 a 5) com percepções recolhidas diretamente das partes interessadas: entre a ETL e os parceiros do GAL; entre os parceiros do GAL e ETL e os potenciais beneficiários e beneficiários; entre o GAL e ETL e a Rede Nacional PAC, o Organismo Pagador, a Autoridade de Gestão. Exemplos de questões para inquéritos: – Como avalia o relacionamento e o nível de confiança entre do GAL (e ETL) com outras partes interessadas? – Percebe um aumento no apoio mútuo entre as partes interessadas ao longo do tempo? – Que ações poderiam reforçar mais a confiança entre as partes interessadas? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Quais desafios ou barreiras observadas na construção de confiança entre os atores do território e outros intervenientes no processo de desenvolvimento? – Que fatores contribuíram para aumentar (ou reduzir) a confiança entre o GAL (e ETL) e as partes interessadas? – Quais as recomendações para aumentar o apoio e a confiança entre as partes interessadas?
Notas	Ter em conta a evolução da confiança ao longo do tempo e em diferentes níveis. Diferenciar por tipo de relação (ex.: GAL-ETL, GAL (e ETL) beneficiários; entre o GAL (e ETL) e a Rede Nacional PAC, o Organismo Pagador, a Autoridade de Gestão).
Indicador	R8. Aumento do envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes na conceção e execução da EDL.
Definição e objetivo	Avalia o nível de envolvimento de jovens e outros grupos relevantes no desenvolvimento e implementação da EDL.
Fontes de dados	Registos de eventos, relatórios de atividades. Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Observação direta.
Abordagem	Exemplos de questões para inquéritos: – Participou em atividades relacionadas com a conceção da EDL? Se sim, qual o seu papel? – Sente que as suas ideias / preocupações / propostas foram consideradas na estratégia? – Quais as barreiras que dificultam a participação de jovens ou outros grupos relevantes em atividades organizadas pelo GAL? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Há iniciativas específicas que tenha contribuído diretamente para incluir grupos sub-representados? – Que atividades pode o GAL desenvolver para aumentar o envolvimento de jovens no desenvolvimento local?
Notas	Ajustar os critérios de inclusão para grupos específicos.



Indicador	R9. Aumento do entendimento comum, da solidariedade e da coesão social.
Definição e objetivo	Avalia a criação de um entendimento comum entre os atores do território, promovendo a inclusão e valorizando diferentes, bem como uma visão partilhada quanto ao processo de desenvolvimento através das iniciativas do GAL.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Observação direta.
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5) com percepções recolhidas diretamente dos atores locais. Exemplos de questões para inquéritos: – Sente que houve incorporação de valores comuns nos projetos e iniciativas desenvolvidas pelo GAL? – Sente que há um entendimento comum entre os diferentes grupos de interesse no território? – Quais os fatores que considera promover mais solidariedade e coesão social? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Há exemplos de iniciativas que contribuíram para reforçar a coesão social? – Sendo a inclusão da diversidade de perspectivas pertinente, há evidências da transformação dessas perspectivas em ações concretas e resultados tangíveis? – Quais os principais desafios para construir um entendimento comum no território? – Que desafios ainda existem para promover maior solidariedade e coesão social no território? – Como o GAL pode liderar esforços para promover maior solidariedade e coesão social?
Notas	Influenciado por dinâmicas sociais locais.
Indicador	R10. Aumento da identidade local e da visão partilhada (interesse coletivo) quanto à estratégia para o território.
Definição e objetivo	Avalia o reforço do sentimento de identidade local e a criação de uma visão coletiva partilhada em torno da EDL.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Observação direta.
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo suportado por percepções recolhidas diretamente. Exemplos de questões para inquéritos: – Qual o nível de pertença e identidade no território que sente? – Considera que a EDL reflete os interesses e as prioridades da comunidade local? – Considera que a EDL representa a visão do território? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Considera que a EDL está alinhada com as expectativas e interesses da comunidade? – Quais são os principais desafios para promover a identidade local e uma visão coletiva no território? – Pode descrever exemplos de atividades que reforçaram a identidade do território?

MELHORIA DOS SISTEMAS DE GOVERNANÇA	
Indicador	R11. Aumento da taxa de participação dos parceiros do GAL em processos de tomada de decisão.
Definição e objetivo	Avalia a participação efetiva dos membros parceiros do GAL em reuniões e processos de decisão estratégicos.
Fontes de dados	Indicador quantitativo (registos de presenças em reuniões, atas de reuniões), com percepções complementares recolhidas em entrevistas / grupos focais e/ou inquéritos.
Abordagem	Taxa de participação = (Nº médio de parceiros participantes em processos de decisão / Total de membros da parceria do GAL) x 100. Exemplos de questões para inquéritos: – Participou em decisões estratégicas do GAL? Se não, qual o principal impedimento? – Sente que teve oportunidade de expressar a sua opinião durante os processos de decisão? – Que fatores poderiam aumentar o seu envolvimento nos processos de decisão do GAL? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Como avalia o nível de abertura dos mecanismos do GAL para a participação dos parceiros nos processos de decisão? – Quais os impedimentos para uma participação mais ativa dos parceiros? – Que sugestões tem para melhorar a participação em processos de tomada de decisão?



Indicador	R12. Aumento do nível de satisfação dos parceiros do GAL quanto aos processos de tomada de decisões.
Definição e objetivo	Avalia o grau de satisfação dos parceiros com a transparência, inclusão e eficácia dos processos de decisão no âmbito do GAL.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais com parceiros relevantes.
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo suportado por percepções diretas dos parceiros. Exemplos de questões para inquéritos: – Como avalia a transparência dos processos de decisão no GAL? – Considera que os seus contributos foram considerados nas decisões estratégicas? – Que melhorias sugere para aumentar a sua satisfação com os processos de decisão? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Que aspetos específicos dos processos de decisão poderiam ser melhorados? – De que forma os processos de decisão têm influenciado os resultados no território?
Indicador	R13. Aumento do nível de participação das comunidades rurais nos processos de tomada de decisão.
Definição e objetivo	Avalia a participação efetiva das comunidades rurais na elaboração e execução da EDL.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Indicador qualitativo suportado por percepções recolhidas diretamente. Exemplos de questões para inquéritos: – Participou em processos de decisão organizados pelo GAL relacionados com o desenvolvimento do território? O que incentivou ou desmotivou a sua participação? – Considera que as suas opiniões foram consideradas nos processos de decisão? – Que barreiras identifica para uma maior participação da comunidade? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode descrever exemplos de decisões em que a comunidade teve um papel significativo? – Quais os fatores essenciais para aumentar a participação das comunidades? – Que ações / mecanismos pode o GAL implementar para envolver mais a comunidade nos processos de decisão?
Indicador	R14. Melhoria percebida das competências de coordenação/gestão da equipa do GAL.
Definição e objetivo	Avalia a percepção das partes interessadas sobre o resultado das ações de formação e capacitação na melhoria das competências técnicas e de gestão da equipa do GAL, incluindo a aplicação da abordagem LEADER.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, ETL). Feedback pós-formação.
Abordagem	Escalas de Likert, análises qualitativas. Exemplos de questões para inquéritos: – Após as ações de formação / capacitação, sente-se mais confiante para desempenhar as suas funções no GAL? – Que competências específicas considera que melhorou? – Que áreas de formação / capacitação adicional considera necessárias para continuar a melhorar as suas competências? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode descrever situações em que aplicou conhecimentos adquiridos durante a ação de formação / capacitação? – Que resultados tiveram as ações na eficácia das atividades do GAL? – Quais são os desafios ainda existentes na gestão e coordenação do GAL?
Notas	Importante incluir feedback de beneficiários diretos das ações de formação / capacitação.



Indicador	R15. Aumento do nível de transparência sobre as atividades do GAL.
Definição e objetivo	Avalia a percepção de clareza e abertura na comunicação sobre as atividades, decisões e resultados do GAL, promovendo a confiança entre os stakeholders.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Observação direta.
Abordagem	Escalas de Likert, análises qualitativas. Exemplos de questões para inquéritos: – Considera que as atividades do GAL são comunicadas de forma clara e acessível? – Que tipo de informação gostaria de receber regularmente sobre as atividades do GAL? – Quais são os canais mais eficazes para melhorar a transparência sobre as atividades do GAL? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode indicar exemplos de boas práticas de transparência nas atividades do GAL? – Que desafios ou limitações identifica na comunicação das atividades do GAL? – Que medidas adicionais poderiam aumentar a transparência do GAL?
Indicador	R16. Aumento do nível de colaboração entre os diferentes setores no território.
Definição e objetivo	Avalia a qualidade das colaborações entre diferentes setores no território (incluindo autoridades locais, organizações da sociedade civil, empresas, institutos do sistema científico-tecnológico, entre outras), promovendo sinergias e resultados mais integrados.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Observação direta.
Abordagem	Redes de colaboração mapeadas qualitativamente. Escalas de Likert, análises qualitativas. Exemplos de questões para inquéritos: – Participou em colaborações com outros setores através do GAL? Quais os setores envolvidos? – Quais os benefícios das colaborações intersectoriais promovidas pelo GAL? – Acha que a colaboração entre setores melhorou? Quais os setores mais ativos? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Que estratégias contribuem para reforçar as colaborações entre setores no território? – Como o GAL tem facilitado colaborações entre diferentes setores? – Pode mencionar exemplos de colaborações intersectoriais bem-sucedidas? – Que ações poderiam reforçar a colaboração entre diferentes setores?
Notas	Deve incluir feedback de múltiplos setores.
Indicador	R17. Aumento do nível de proximidade com a comunidade local.
Definição e objetivo	Avalia a relação e a percepção de proximidade do GAL com a comunidade local.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros e outros atores relevantes). Observação direta.
Abordagem	Escalas de Likert, análises qualitativas. Exemplos de questões para inquéritos: – Como avalia o grau de proximidade do GAL com as entidades locais? – Sente que o GAL é acessível e está atento às necessidades da comunidade? Sente que o GAL representa os interesses da comunidade? – Que ações ou iniciativas contribuem para reforçar a proximidade do GAL com a comunidade local? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Que exemplos demonstram o compromisso do GAL em estar próximo da comunidade local? – Quais barreiras ou desafios o GAL enfrenta para reforçar a proximidade com a comunidade local? – Que medidas poderiam tornar o GAL mais acessível à comunidade local?
Notas	Comunidade local entidades locais, tendo em conta a sua representatividade, e outros atores relevantes)



Indicador	R18. Expansão do número e tipologia de potenciais beneficiários.
Definição e objetivo	Avalia a capacidade do GAL de atrair novos beneficiários (incluindo grupos marginalizados / de difícil acesso, entidades locais).
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Análises qualitativas. Exemplos de questões para inquéritos: – Teve conhecimento das oportunidades oferecidas pelo GAL? Como tomou conhecimento das mesmas? – Que desafios enfrentou para se tornar beneficiário da EDL? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Que iniciativas podem ser eficazes para atrair e envolver novos beneficiários? (incluindo grupos marginalizados / de difícil acesso). – Como o GAL pode tornar as suas iniciativas mais inclusivas para grupos marginalizados? – Que fatores dificultam a participação de grupos específicos?
Notas	Necessário definir os critérios para identificar “novos” beneficiários.
Indicador	R19. Aumento dos processos relacionais entre os atores do território.
Definição e objetivo	Avalia a qualidade e frequência das interações entre os atores do território (p.e., compromisso e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns).
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em percepções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – Como avalia a colaboração entre os atores no território em torno de objetivos comuns? – Sente que a colaboração entre atores do território melhorou? – Qual o principal benefício dessas relações? – Que ações poderiam reforçar as relações e o compromisso entre os atores? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Quais são os exemplos mais relevantes de processos colaborativos bem-sucedidos? – Quais os principais desafios para reforçar processos relacionais no território? – De que forma o GAL pode incentivar maior envolvimento e compromisso dos atores locais?
Notas	Diferenciar entre relações formais e informais.
Indicador	R20. Aumento do reconhecimento do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território.
Definição e objetivo	Avalia a percepção de como o GAL é reconhecido como um ator central (relevante e estratégico) no desenvolvimento do território.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Observação direta.
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em percepções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – O GAL é visto como um promotor-chave do desenvolvimento do território? – Quais são as áreas onde o GAL tem demonstrado maior impacto no território? – Que aspetos poderiam reforçar a presença e o papel do GAL no território? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode mencionar exemplos de ações ou iniciativas do GAL que aumentaram o seu reconhecimento no território? – Quais são os desafios que o GAL enfrenta para aumentar o seu reconhecimento? – Que recomendações faria para reforçar a reputação do GAL enquanto promotor de desenvolvimento?
Notas	Pode incluir análise de notícias e meios de comunicação social.



Indicador	R21. Melhoria da colaboração e coordenação entre os diferentes níveis de governação.
Definição e objetivo	Avalia a qualidade e frequência das interações e coordenação entre o GAL e as entidades competentes em diferentes níveis de governação (local, regional, nacional).
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros e outros atores relevantes).
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em perceções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – Como avalia a colaboração entre o GAL e entidades nos diferentes níveis de governação? – Sente que há uma coordenação eficaz entre os diferentes níveis de governação no território? – Quais as principais limitações para uma colaboração mais eficaz? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode partilhar exemplos de iniciativas conjuntas entre o GAL e outros níveis de governação? – Quais os principais desafios para uma melhor colaboração entre os diferentes níveis de governação? – Como o GAL tem contribuído para reforçar as relações entre os diferentes níveis de governação? – Quais as principais mudanças necessárias para melhorar a coordenação interinstitucional?
Indicador	R22. Aumento da capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação.
Definição e objetivo	Avalia a eficácia do GAL em interagir e negociar com diferentes níveis de governação, promovendo decisões alinhadas com as necessidades locais.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em perceções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – Como avalia a capacidade do GAL em negociar e defender os interesses do território? – Quais são os principais desafios enfrentados pelo GAL nas negociações com diferentes níveis de governação? – Que melhorias poderiam reforçar a posição do GAL em negociações? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Como avalia a capacidade do GAL em representar o território nos níveis superiores de governação? – Pode dar exemplos de negociações bem-sucedidas conduzidas pelo GAL? – Que medidas poderiam ser adotadas para melhorar a capacidade do GAL de negociar nos vários níveis de governação? – Como as negociações têm influenciado as políticas e iniciativas de desenvolvimento no território?
Notas	Pode incluir a análise da participação do GAL em diferentes tipos de negociação. É influenciado por circunstâncias políticas e/ou regulatórias.
Indicador	R23. Aumento do reconhecimento institucional do GAL enquanto promotor de desenvolvimento.
Definição e objetivo	Avalia o reconhecimento do GAL por instituições locais, regionais e nacionais quanto ao seu papel na promoção do desenvolvimento regenerativo e sustentável e do crescimento inclusivo das zonas rurais.
Fontes de dados	Entrevistas, grupos focais (com parceiros, instituições locais, regionais e nacionais).
Abordagem	Indicador qualitativo baseado em perceções diretas. Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Reconhece o GAL como um promotor-chave de desenvolvimento sustentável no território? / Que instituições reconhecem abertamente o papel do GAL como promotor-chave do desenvolvimento sustentável? – Quais os principais desafios para o reconhecimento institucional do GAL?
Notas	Considerar a integração com políticas públicas regionais e nacionais. Pode incluir análise de notícias e meios de comunicação social.



MELHORES RESULTADOS DOS PROJETOS APOIADOS	
Indicador	R24. Aumento do nível de alavancagem no apoio à EDL.
Definição e objetivo	Avalia a evolução da capacidade do GAL de mobilizar financiamento adicional para apoiar a execução da EDL (outras fontes de financiamento para além do FEADER - públicas e privadas)
Fontes de dados	Considerar r.21. Inquéritos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros e outros atores relevantes).
Abordagem	Indicador quantitativo, com perceções complementares recolhidas em entrevistas / grupos focais e/ou inquéritos (Escala qualitativa (1 a 5)). Evolução da taxa de alavancagem (= Montante de financiamento externo mobilizado / Montante total da EDL) x 100). Exemplos de questões para inquéritos: – Está ciente de outras fontes de financiamento mobilizadas pelo GAL além do FEADER? Se sim, quais? – Como avalia a eficácia do GAL em atrair novos recursos financeiros para o território? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode dar exemplos de financiamentos públicos ou privados mobilizados pelo GAL para apoiar a implementação da EDL? – Quais os principais desafios enfrentados pelo GAL na obtenção de financiamento adicional para implementar a EDL? – Que medidas podem contribuir para melhorar a capacidade do GAL de captar recursos financeiros adicionais?
Notas	Desagregar entre fontes de financiamento públicas e privadas.
Indicador	R25. Aumento da capacidade do GAL em beneficiar de oportunidades de financiamento e atrair investimento para o território.
Definição e objetivo	Avalia a capacidade do GAL em promover o território para novos investimentos.
Fontes de dados	Considerar r.22. Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros e outros atores relevantes).
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em perceções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – Como avalia a capacidade do GAL em atrair investimentos para o território? – Que medidas podem contribuir para melhorar a capacidade do GAL em atrair investimento para o território? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode dar exemplos de investimentos para o território captados pelo GAL? – Quais os principais desafios enfrentados pelo GAL para atrair investimento? – Que medidas adicionais podem reforçar a capacidade do GAL para atrair investimento para o seu território?
Notas	Pode incluir parcerias público-privadas. Pode incluir referência a valor e número de investimentos realizados.
Indicador	R26. Nível do investimento em projetos e iniciativas que não teriam sido implementados sem o apoio FEADER.
Definição e objetivo	Avalia o contributo do financiamento do FEADER / da EDL na viabilização de projetos no território (recursos financeiros alocados a projetos que só foram possíveis devido ao financiamento através da EDL).
Fontes de dados	Considerar r.27. Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Indicador baseado em perceções diretas dos atores e stakeholders. Análise de respostas qualitativas e quantitativas. Exemplos de questões para inquéritos: – O projeto que realizou seria possível sem o apoio da EDL/FEADER? Se não, porquê? – Que barreiras enfrentaria na ausência do apoio financeiro do FEADER concedido pelo GAL? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode descrever exemplos de projetos que só foram possíveis devido ao financiamento FEADER concedido pelo GAL? – Que medidas poderiam maximizar o resultado dos recursos FEADER no território?



Indicador	R27. Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários e beneficiários.
Definição e objetivo	Mede o aumento na diversidade dos tipos de beneficiários que acedem aos apoios concedidos através da EDL (incluindo grupos sub-representados).
Fontes de dados	Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Indicador quantitativo (considerar r.23) complementado com análises complementares qualitativas. Análise de respostas qualitativas e quantitativas. Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – O GAL considerou as necessidades de diferentes tipos de (potenciais) beneficiários no território? – Que ações específicas foram realizadas para atrair novos tipos de beneficiários (incluindo grupos sub-representados)? – Que desafios persistem para aumentar a diversidade dos beneficiários do GAL?
Notas	Necessário identificar lacunas entre grupos não representados.
Indicador	R28. Aumento do nível de satisfação quanto às intervenções da EDL e resposta às necessidades identificadas no território.
Definição e objetivo	Avalia a satisfação geral dos beneficiários e stakeholders sobre a eficácia dos projetos e iniciativas apoiadas pela da EDL na resolução de problemas locais.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em perceções diretas dos atores e stakeholders. Análise de respostas qualitativas. Exemplos de questões para inquéritos: – As intervenções da EDL refletiram as principais necessidades do território? – Como avalia a eficácia dos projetos e iniciativas apoiadas pela EDL? – Que aspetos das intervenções poderiam ser melhorados para responder mais eficazmente às necessidades locais? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode descrever exemplos de intervenções bem-sucedidas que tiveram resultados evidentes positivos no território? – Quais os principais desafios da implementação da EDL? – Que intervenções considera prioritárias para o futuro?
Notas	Considerar a pertinência e eficácia das intervenções da EDL em resposta às necessidades identificadas no território.
Indicador	R29. Aumento da geração de novas ideias, produtos ou processos no território que sejam inovadores no contexto local.
Definição e objetivo	Avalia o resultado das iniciativas do GAL na promoção da inovação no território (geração de novas ideias, produtos ou processos no contexto local).
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em perceções diretas dos atores e stakeholders. Análise de respostas qualitativas. Exemplos de questões para inquéritos: – Considera que as iniciativas promovidas pelo GAL trouxeram algo inovador para o território? Se sim, o quê? – Que fatores facilitam ou dificultam a inovação no território? – O seu projeto introduziu algo novo ou diferente no território? Em que área? – Que desafios enfrentou para implementar ideias inovadoras? – Como o GAL pode apoiar mais a inovação no território? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Quais os exemplos mais relevantes de inovação no território promovidos pelo GAL? Como avalia o resultado das iniciativas inovadoras no desenvolvimento do território? – Que limitações existem a uma maior integração de inovação no contexto local? – Como o GAL pode criar um ambiente mais favorável para a inovação em contexto local?
Notas	Necessário definir critérios de inovação no contexto local.



Indicador	R30. Aumento do nível de inovação no contexto local.
Definição e objetivo	Mede a presença e o resultado de práticas, produtos ou processos inovadores introduzidos no território.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Observação direta.
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em percepções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – A implementação da EDL envolveu a adoção de práticas ou processos inovadores no território? Acha que os projetos apoiados promoveram inovação no território? – Que fatores podem reforçar a adoção de práticas inovadoras no território? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Quais os exemplos mais significativos de inovação no contexto local promovidos pelo GAL? Quais os resultados das inovações no desenvolvimento local? – Que condições são necessárias para aumentar o nível de inovação no território?
Indicador	R31. Aumento do contributo dos projetos apoiados para a sustentabilidade ambiental do território.
Definição e objetivo	Avalia o resultado ambiental positivo dos projetos apoiados, incluindo a preservação de recursos naturais e a promoção de práticas sustentáveis.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Estudo de casos.
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em percepções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – O seu projeto teve impacto positivo na sustentabilidade ambiental do território? De que forma? – Que práticas sustentáveis foram implementadas no projeto? – Que apoios adicionais poderiam ser necessários para reforçar a sustentabilidade ambiental do território? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode mencionar exemplos de projetos que contribuíram de forma evidente para a sustentabilidade ambiental do território? – Como pode o GAL incentivar práticas mais sustentáveis nos projetos apoiados? – Quais os principais desafios para integrar a sustentabilidade ambiental nos projetos apoiados?
Notas	Necessário cruzar dados com indicadores de resultados dos projetos executados com o apoio da EDL.
Indicador	R32. Aumento do contributo dos projetos apoiados para a sustentabilidade económica do território.
Definição e objetivo	Avalia o resultado económico positivo dos projetos apoiados, incluindo a criação de emprego e a dinamização da economia local.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Estudo de casos.
Abordagem	Indicador quantitativo complementado com análises complementares qualitativas. Análise de respostas qualitativas e quantitativas. Exemplos de questões para inquéritos: – O seu projeto teve resultados diretos na economia local? Que benefícios económicos diretos e indiretos resultaram do projeto? – Os projetos contribuem para o desenvolvimento económico do território? De que forma? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Quais os exemplos mais relevantes de projetos com resultados económicos positivos evidentes no território? – Como os projetos apoiados têm contribuído para a criação de emprego e para a dinamização da economia local? – Que fatores facilitam ou limitam os resultados económicos dos projetos? – Que estratégias poderiam ser adotadas para reforçar os contributos dos projetos para o desenvolvimento económico do território?
Notas	Necessário cruzar dados com indicadores de resultados dos projetos executados com o apoio da EDL.



Indicador	R33. Aumento do contributo dos projetos apoiados para a sustentabilidade social do território.
Definição e objetivo	Avalia o resultado social positivo decorrente dos projetos apoiados, em práticas sociais inclusivas e equitativas, incluindo o reforço da coesão social e a inclusão de grupos vulneráveis.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Estudo de casos.
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em perceções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – O seu projeto contribuiu para a coesão social no território / para a melhoria das condições de vida no território. De que forma? – Que grupos vulneráveis foram beneficiados diretamente pelo projeto? – Que medidas adicionais podem reforçar o resultado dos projetos apoiados em termos sociais? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode descrever exemplos de projetos que tiveram um resultado evidente na sustentabilidade social do território? – Como os projetos apoiados têm contribuído para a inclusão social no território? – Quais os principais desafios para promover maior sustentabilidade social nos projetos?
Notas	Necessário cruzar dados com indicadores de inclusão social dos projetos executados com o apoio da EDL.
Indicador	R34. Aumento da qualidade dos pedidos de apoio.
Definição e objetivo	Mede a proporção de projetos aprovados que beneficiaram de acompanhamento técnico prévio pelas Equipas Técnicas Locais (ETL), refletindo a eficácia do apoio técnico.
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes).
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em perceções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – Recebeu apoio técnico da ETL antes de submeter a candidatura? Se sim, esse apoio foi útil? – Que melhorias sugere no processo de acompanhamento técnico inicial aos potenciais beneficiários? – Se não recebeu apoio técnico, quais foram as razões para não o procurar? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Considera que o acompanhamento técnico da ETL contribui para o sucesso das candidaturas a projetos? Se sim, de que forma? – Quais os principais desafios para aumentar a qualidade dos pedidos de apoio? – Que medidas podem ser implementadas para incentivar os promotores a procurar mais apoio técnico antes de submeterem os pedidos de apoio? – Que melhorias podem ser feitas no apoio inicial aos potenciais beneficiários?
Notas	Considerar % de projetos aprovados em que houve contacto prévio do beneficiário com a ETL; e % de projetos aprovados em que o beneficiário não teve contacto prévio com a ETL.
Indicador	R35. Aumento do nível de sustentabilidade dos projetos apoiados.
Definição e objetivo	Avalia a capacidade de os projetos se manterem ativos após a execução do apoio (e bem-sucedidos).
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Estudo de casos.
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em perceções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – O projeto continua ativo após (x anos) o fim do apoio? – Que fatores contribuíram para a sua sustentabilidade? Que medidas foram tomadas para assegurar a sustentabilidade do projeto? – Quais os principais desafios enfrentados para manter a sustentabilidade do projeto? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode descrever exemplos de práticas ou estratégias que garantiram a sustentabilidade dos projetos apoiados? – Que obstáculos podem comprometer a sustentabilidade dos projetos? – Que recomendações faria para garantir/melhorar o nível de sustentabilidade dos projetos apoiados?
Notas	Requer dados de longo prazo para avaliação contínua.



Indicador	R36. Aumento da cultura de trabalho em parceria entre promotores, projetos, e sectores de atividade económica.
Definição e objetivo	Avalia o nível colaboração entre diferentes promotores e projetos de investimento e entre sectores (e entre sector público e privado).
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Estudo de casos.
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em perceções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – O seu projeto envolveu parcerias com outros promotores ou setores? Como estas parcerias foram estabelecidas? – Quais foram os principais benefícios das parcerias estabelecidas? – Que desafios encontrou ao colaborar com outros setores ou promotores? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Pode partilhar exemplos de parcerias que tiveram impacto positivo no território? – Quais os fatores que promovem uma cultura de trabalho em parceria no território? – Que iniciativas poderiam ser desenvolvidas para reforçar o trabalho conjunto entre diferentes setores?
Indicador	R37. Aumento da complementaridade e sinergia entre promotores, projetos, e sectores de atividade económica (e entre sector público e privado).
Definição e objetivo	Avalia o grau em que as iniciativas apoiadas pelo GAL complementam e reforçam outras ações no território, criando valor agregado (integração entre projetos e setores, gerando sinergias no território).
Fontes de dados	Inquéritos qualitativos aos stakeholders. Entrevistas, grupos focais (com parceiros, beneficiários e outros atores relevantes). Estudo de casos.
Abordagem	Escala qualitativa (1 a 5). Indicador qualitativo baseado em perceções diretas dos atores e stakeholders. Exemplos de questões para inquéritos: – O seu projeto foi complementado por outras iniciativas ou ações no território? Como? – Quais foram as principais sinergias geradas pelas colaborações? Exemplos de questões para entrevistas/grupos focais: – Que exemplos de sinergias bem-sucedidas entre projetos e promotores destacaria? – Que barreiras existem para gerar maior complementaridade entre os projetos apoiados? – Como o GAL pode facilitar maior integração e complementaridade entre os projetos apoiados? – Que estratégias poderiam ser adotadas para maximizar as sinergias no território?



2. DADOS E INFORMAÇÃO, PROCEDIMENTOS DE RECOLHA E BASES METODOLÓGICAS PARA A MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Neste ponto do Anexo descreve-se sucintamente os métodos recomendados para a recolha de informação e a base metodológica para proceder à avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER – Teoria da Mudança.

A abordagem proposta assenta no princípio da triangulação, essencial para garantir a fiabilidade e validade dos resultados da avaliação. A triangulação consiste na utilização combinada de diferentes métodos de recolha de dados (quantitativos e qualitativos), diversas fontes de informação (stakeholders, beneficiários, documentos administrativos), bem como várias perspetivas de análise dessa informação. A aplicação da triangulação permite:

- Validar os resultados obtidos, reduzindo o risco de vieses que possam ocorrer da utilização de uma única fonte ou método;
- Obter uma visão mais abrangente e aprofundada dos resultados gerados pela abordagem LEADER, integrando tanto dimensões objetivas como subjetivas;
- Aumentar a robustez e credibilidade das conclusões e recomendações da avaliação, assegurando que diferentes formas de evidência convergem para sustentar os resultados.

A adoção deste princípio reforça o carácter participativo da avaliação e promove uma análise mais estruturada dos resultados da aplicação da abordagem LEADER.

Elementos-chave para a monitorização e avaliação

O ponto de partida essencial para o processo de monitorização e avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER é a definição do conjunto de indicadores de realização e de resultado a adotar, que reflita as atividades e os objetivos do GAL.

- **Indicadores de realização**
 - Devem ser quantificados com base nos registos administrativos e documentos internos do GAL (p.e., relatórios financeiros, relatórios de atividades).
 - A recolha regular desses indicadores deve ser integrada nos relatórios de execução anuais submetidos à Autoridade de Gestão, garantindo um acompanhamento estruturado e sistemático das atividades desenvolvidas pelo GAL.
- **Indicadores de resultado**
 - Exigem uma abordagem qualitativa e mais aprofundada, sendo fundamentais para o processo de avaliação.
 - A recolha de informação deve incluir métodos específicos, como entrevistas, grupos focais, inquéritos por questionário e estudos de caso, para complementar os dados quantitativos.

Métodos de recolha de informação

Os métodos aqui descritos destinam-se à recolha de informação adicional de natureza qualitativa, complementando os dados quantitativos já recolhidos sistematicamente pelo GAL para quantificar as realizações (obtidos diretamente a partir de registos administrativos, documentos internos e outros instrumentos de monitorização utilizados), e permitindo uma análise abran-



gente e equilibrada (percepções, dinâmicas e resultados intangíveis para enriquecer o processo de avaliação). Estes métodos qualitativos são detalhados ao longo do anexo:

- **Entrevistas semiestruturadas:** permitem recolher percepções e informações detalhadas de diferentes stakeholders, como parceiros, beneficiários e comunidades locais.
- **Grupos focais:** facilitam a obtenção de visões e discussões aprofundadas e coletivas sobre temas-chave, promovendo a interação entre os participantes e a análise colaborativa de resultados e desafios.
- **Inquéritos por questionário:** captam informações de um universo mais amplo de atores, abrangendo diferentes percepções e opiniões sobre as iniciativas do GAL.
- **Estudos de caso:** oferecem uma análise detalhada de projetos ou abordagens específicas, destacando boas práticas, desafios e lições aprendidas, proporcionando uma visão micro do resultado das iniciativas desenvolvidas pelo GAL.

Técnicas para o tratamento da informação recolhida

No contexto da avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER, as técnicas ou instrumentos de análise da informação devem ser adaptadas para garantir que a informação recolhida seja analisada de forma rigorosa, completa e contextualizada.

Numa primeira fase, utiliza-se a **análise de conteúdo**, para sistematizar e interpretar a informação qualitativa recolhida em entrevistas, grupos focais ou outros instrumentos. Esta técnica permite identificar padrões, temas e categorias que servem como base para uma compreensão inicial da informação e para alimentar as etapas seguintes da avaliação. Posteriormente, a leitura da informação pode ser aprofundada através dos métodos seguintes:

- **Análise crítica** (review): focada em identificar problemas, pontos fortes e lacunas na informação recolhida, e com o objetivo de apresentar um conjunto de recomendações baseadas em evidências.
- **Análise compreensiva:** considera o contexto mais amplo em que se deu a aplicação da abordagem LEADER, integrando diferentes percepções e subjetividades para construir uma visão holística da sua implementação e dos resultados alcançados.

A abordagem combinada permite:

- Garantir uma análise inicial com capacidade para sistematizar a informação por via da análise de conteúdo.
- Complementar a visão inicial com interpretações mais profundas e contextualizadas por via das análises crítica e compreensiva.
- Responder de forma fundamentada às questões de avaliação, e formular conclusões claras e recomendações úteis.

Base metodológica – Teoria da Mudança

Este conceito proporciona um quadro lógico que detalha as relações de causa e efeito entre as atividades implementadas e os resultados esperados.

A Teoria da Mudança deve ser construída com base na lógica de intervenção, expandindo e aprofundando a sua estrutura para compreender como e porque determinada atividade gera os resultados desejados.

A lógica de intervenção desenvolvida na fase de conceção da EDL é mais linear e centrada na operacionalização / execução, focando-se na relação entre inputs, atividades, realizações e resultados, de forma sequencial e objetiva (fornece indicadores de realização e resultado para medir o progresso da EDL).

A Teoria da Mudança, por sua vez, parte desta estrutura e aprofunda a análise subjacente à intervenção, explorando pressupostos e fatores externos (p.e., contexto institucional) que podem



influenciar a implementação da abordagem LEADER e os seus resultados, sendo uma abordagem mais flexível e reflexiva (permite interpretar os dados / indicadores de forma mais profunda, analisando as mudanças geradas).

Referências

Os métodos sugeridos para a recolha de informação e para a avaliação baseiam-se nas *Orientações para a Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local*. Este documento, desenvolvido em 2018 no âmbito do Projeto “REDE LEADER 2020: Qualificar, Cooperar, Comunicar”, como o apoio da Assistência Técnica da RRN, oferece uma base sólida e já familiar dos GAL para orientar o processo de avaliação. Ao ter como base um documento amplamente conhecido pelos GAL, pretende-se garantir consistência metodológica e facilitar a sua aplicação prática.

MÉTODOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

ENTREVISTAS
Descrição/objetivos A realização de entrevistas tem como objetivo principal recolher informação qualitativa detalhada, capturando as perceções, opiniões e experiências dos principais stakeholders envolvidos na implementação da abordagem LEADER e dos beneficiários dos seus resultados. Este método é fundamental para obter uma compreensão aprofundada das dinâmicas locais, das interações no território e do valor acrescentado gerado pelo GAL através da sua EDL. As entrevistas permitem abordar questões específicas e explorar temas de forma flexível, adaptando-se ao perfil e às competências dos entrevistados. No descritivo de cada um dos indicadores de resultado, foram incluídos exemplos de questões que podem ser integradas nos guiões de entrevista, oferecendo orientação prática para recolher dados consistentes e relevantes.
Entidades a entrevistar As entrevistas deverão abranger um leque diversificado de stakeholders, agrupados em duas categorias principais: – Organismos públicos e privados envolvidos na EDL: membros da parceria do GAL (e.g., representantes da administração pública, setor privado e organizações da sociedade civil), e entidades gestoras e técnicas com responsabilidade direta na implementação da EDL. – Atores-chave do território: beneficiários dos projetos apoiados; potenciais beneficiários e outros grupos representativos da comunidade local, e outros sub-representados (jovens, mulheres).
Técnicas de tratamento da informação A informação recolhida nas entrevistas deverá ser sistematizada a partir de uma grelha de leitura comum, garantindo a comparabilidade e coerência da informação obtida. Esta grelha deve ser construída com base nas questões de avaliação e indicadores de resultado definidos, assegurando que as respostas capturam os aspetos qualitativos mais relevantes. Para a análise dos dados, recomenda-se o método de análise de conteúdo, que permite organizar e interpretar as informações recolhidas de forma rigorosa e estruturada. Este método possibilita: – Identificar padrões e tendências nos testemunhos dos entrevistados. – Sistematizar as perceções em torno de temas específicos. – Extrair perspetivas qualitativas que contribuam para a avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER, de acordo com a estrutura de questões de avaliação (e respetivos indicadores de resultado).



GRUPOS FOCAIS
Descrição/objetivos Os grupos focais são um método participativo de recolha de informação que permite envolver partes interessadas e outros atores relevantes em análises aprofundadas. Este instrumento é particularmente útil para obter um volume significativo de informação qualitativa num curto espaço de tempo, promovendo a troca de experiências e diferentes perspetivas. Os grupos focais oferecem ainda a possibilidade de comparar opiniões e identificar consensos e divergências sobre temas-chave, complementando os dados recolhidos por outros métodos. No descritivo de cada indicador de resultado foram incluídos exemplos de questões que podem ser usados como base para estruturar os debates nos grupos focais.
Modelo de operacionalização As sessões de grupo focal devem ser conduzidas com base num guião ou documento sintético que identifique: – Aspectos-chave a debater: temas relacionados com o valor acrescentado da abordagem LEADER, como colaboração entre atores, capital social, inovação, sustentabilidade dos projetos. – Objetivos da discussão: identificar boas práticas, compreender desafios, propor recomendações. – Resultados: reflexão sobre o que foi alcançado em comparação com o planeado, analisando as razões de eventuais desvios. Os grupos focais podem desempenhar um papel central na avaliação, permitindo: – Identificar fatores de sucesso e de insucesso. – Recolher perceções dos participantes. – Explorar aspetos específicos em profundidade. – Promover debates construtivos e gerar conclusões e recomendações aplicáveis. Para garantir debates ricos e produtivos, recomenda-se a inclusão diferentes stakeholders, tais como membros da parceria do GAL, representantes de organismos públicos e privados envolvidos na elaboração e implementação da EDL, beneficiários e potenciais beneficiários. Os grupos focais podem ainda assumir-se como painéis de peritos para discutir temas específicos, como inovação social, sustentabilidade ambiental e económica dos projetos apoiados, alavancagem de recursos financeiros para o território.
Técnicas de tratamento da informação A informação recolhida nos grupos focais deve ser sistematizada e analisada utilizando o método de análise de conteúdo, que permite organizar e interpretar dados complexos e aprofundados. Para facilitar a análise: – A informação deve ser organizada por temáticas analisadas e estruturada de acordo com os objetivos das sessões. – Os conteúdos recolhidos devem ser utilizados para identificar padrões, consensos, divergências e recomendações. – As perceções qualitativas devem ser complementadas com dados quantitativos sempre que possível, para reforçar a validade das conclusões.



INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Descrição/objetivos

A aplicação de inquéritos por questionário tem como objetivo recolher informações tanto qualitativas quanto quantitativas, ampliando a base de informação disponível e proporcionando uma visão mais abrangente sobre as percepções, opiniões e experiências dos diferentes atores envolvidos na aplicação da abordagem LEADER e na implementação das EDL. Este método permite alcançar um maior número de stakeholders, aumentando a representatividade, bem como o envolvimento no processo de avaliação.

Os inquéritos são particularmente relevantes para:

- Complementar análises realizadas com outros métodos, como entrevistas ou grupos focais.
- Recolher evidências para responder de forma estruturada às questões de avaliação (e respetivos indicadores de resultado).
- Identificar padrões e tendências no resultado e na eficácia das iniciativas desenvolvidas pelo GAL.

No descritivo de cada indicador de resultado foram incluídos exemplos de questões que podem ser integradas nos inquéritos, orientando os GAL na construção dos questionários.

Modelo de operacionalização

A aplicação do inquérito por questionário deve ser cuidadosamente planeada para maximizar a sua eficiência e eficácia. Alguns aspetos a considerar:

- Plataforma de aplicação: recomenda-se a utilização de uma plataforma online que facilite o acesso ao questionário e uma ferramenta que possibilite a interrupção e continuação do preenchimento de forma a garantir maior taxa de resposta.
- Tempo de resposta: o questionário deve ser conciso e objetivo, com um tempo estimado de preenchimento que não deve ultrapassar 20-25 minutos, para evitar desistências por parte dos respondentes.
- Estrutura do questionário: deve privilegiar-se questões fechadas para recolha de dados quantitativos (p.e., escalas Likert, opções múltiplas), sendo também importante manter algumas questões abertas para explorar percepções qualitativas de forma mais profunda. A construção do questionário deve ter em conta as questões de avaliação e respetivos indicadores de resultado.

Importa ter presente que esta opção inclui vantagens e riscos.

- Vantagens: possibilidade de alcançar um grande número de stakeholders e atores relevantes e recolher dados que podem ser facilmente analisados; e promover o envolvimento de um amplo universo de atores.
- Riscos: baixa taxa de resposta, que pode limitar a representatividade dos dados; questões mal formuladas ou questionários demasiado longos podem comprometer a qualidade e quantidade de respostas.

Para diminuir o risco de baixa taxa de resposta, deve ser implementada uma estratégia de divulgação clara e atrativa, reforçando a importância do contributo de cada respondente, bem como a disponibilização de apoio técnico aos inquiridos durante todo o período de resposta e esforços para maximizar a participação.

Técnicas de tratamento da informação

A análise das respostas recolhidas deve combinar métodos quantitativos e qualitativos, como:

- Análise estatística descritiva: para identificar padrões, médias e tendências em respostas quantitativas.
- Análise de conteúdo: para explorar temas recorrentes e percepções mais profundas nas respostas a questões abertas.
- Cruzamento de variáveis: para correlacionar resultados entre diferentes grupos de respondentes, permitindo análises mais detalhadas.



ESTUDO DE CASOS
Descrição/objetivos A realização de estudos de caso é uma metodologia qualitativa que permite aprofundar a compreensão sobre aspectos específicos da implementação da abordagem LEADER e dos seus resultados. Este método é particularmente relevante em dois níveis: – constitui uma razoável aproximação à forma como os participantes percebem a aplicação da abordagem LEADER, os seus objetivos, os desafios, os resultados alcançados e as expectativas para o futuro. – permite obter uma visão contrastada de aspetos-chave da aplicação da abordagem LEADER a partir de uma observação ao nível micro e contextualizada em realidades específicas. Os estudos de caso têm como objetivo recolher informações detalhadas, tanto quantitativas como qualitativas, que complementem os dados obtidos por outros métodos, contribuindo para: – Responder às questões de avaliação com evidências concretas. – Validar e fundamentar conclusões e recomendações. – Identificar boas práticas, lições aprendidas e fatores de sucesso ou insucesso. No descritivo de cada indicador de resultado, foram incluídos exemplos de questões que podem ser utilizados nos guiões para estudos de caso, orientando a recolha de dados específicos.
Modelo de operacionalização Os estudos de caso devem ser selecionados em articulação com o GAL (ETL) e realizados com base em guiões semiestruturados que orientem a recolha de informação. Podem ser adotadas duas abordagens, dependendo dos objetivos definidos e da informação que se pretende obter: – Estudo de caso multi-objetivo: identificar iniciativas reconhecidas como particularmente bem-sucedidas ou que apresentaram resultados insatisfatórios; explorar as condições que levaram a esses resultados, identificar boas práticas e aferir da sua transferibilidade para outros contextos. Esta abordagem também ajuda a refletir sobre erros a evitar e medidas para melhorar futuras iniciativas. – Estudo de caso alargado: utilizar múltiplos métodos de recolha de dados (entrevistas, observação direta, inquéritos) para uma recolha de informação abrangente e obter uma visão holística sobre o objeto em análise, a partir do cruzamento de diferentes visões dos atores envolvidos na relação técnica e institucional com o GAL.
Técnicas de tratamento da informação A análise da informação recolhida nos estudos de caso deve seguir uma abordagem sistemática, com destaque para: – Sistematização temática: organização da informação recolhida de acordo com as questões de avaliação e indicadores de resultado. – Análise de conteúdo: interpretação das informações qualitativas e compreender as dinâmicas e padrões identificados nos casos estudados. – Validação cruzada: comparação das evidências recolhidas com outros métodos, como inquéritos ou entrevistas, para reforçar a robustez das conclusões.



TÉCNICAS PARA O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO RECOLHIDA

ANÁLISE DE CONTEÚDO

Descrição/objetivos

A análise de conteúdo é uma técnica objetiva utilizada para descrever, organizar e interpretar dados qualitativos. O seu principal objetivo é identificar padrões, temas recorrentes, ideias ou conceitos relevantes, transformando em informação estruturada. Permite compreender percepções, opiniões e dinâmicas subjacentes às atividades desenvolvidas no âmbito da EDL e identificar elementos-chave relacionados com as suas realizações e resultados.

- Facilita a identificação de padrões e tendências dos dados recolhidos.
- Assegura uma organização consistente da informação, sendo essencial para compreender a relação entre as atividades e os resultados.
- Cria uma base sólida para análises subsequentes, como a análise crítica ou compreensiva, reduzindo a complexidade dos dados iniciais.

ANÁLISE CRÍTICA (REVIEW)

Descrição/objetivos

A análise crítica vai além da descrição dos dados, procurando identificar limitações, problemas ou inconsistências na aplicação da abordagem LEADER e da EDL. Foca-se na capacidade das atividades e intervenções para atingir os objetivos propostos e propõe soluções fundamentadas para superar os desafios encontrados.

- Oferece uma visão analítica sobre os dados recolhidos, explorando fragilidades e pontos de melhoria.
- Orienta a tomada de decisões informadas, garantindo maior eficácia na aplicação da abordagem LEADER e implementação da EDL.
- Estimula uma reflexão aprofundada sobre as condições de implementação e os seus respetivos resultados.

ANÁLISE COMPREENSIVA

Descrição/objetivos

A análise compreensiva integra os dados recolhidos no contexto socioeconómico e político mais amplo do território. Reconhece que os resultados da EDL dependem de fatores externos e internos interrelacionados, avaliando as interações entre os diversos intervenientes e o ambiente em que atuam.

- Analisar como os fatores externos (p.e., alinhamento com políticas nacionais disponibilidade de recursos) influenciam a implementação e os resultados da EDL.
- Proporciona uma visão holística dos resultados das atividades desenvolvidas pelo GAL, considerando as especificidades do território e os diferentes níveis de governação.
- Identifica sinergias entre as atividades desenvolvidas e o contexto, contribuindo para explicações mais completas e robustas.
- Apoia a formulação de recomendações contextualizadas e alinhadas com as necessidades do território.



BASE METODOLÓGICA

TEORIA DA MUDANÇA (THEORY OF CHANGE)
Descrição/objetivos A Teoria da Mudança é uma metodologia de avaliação que descreve, de forma lógica e sequencial (e permite perceber), como as atividades desenvolvidas pelo GAL, no âmbito da sua EDL, conduzem aos resultados esperados. Esta abordagem permite identificar os pressupostos e condições necessárias para alcançar os resultados esperados, avaliando de forma clara os passos necessários para que a mudança ocorra, facilitando assim a fundamentação de conclusões, a identificação de boas práticas e a formulação de recomendações. Elementos-chave – Encadeamento lógico: mapeia a relação causal entre as atividades, realizações e resultados. – Pressupostos e racionais: explicita as condições contextuais que sustentam a relação entre as intervenções e os resultados. – Condições necessárias: identifica os fatores internos e externos que influenciam a implementação da abordagem LEADER e a dinâmica do GAL (p.e., recursos financeiros e humanos, contexto político, atividades de animação). – Indicadores: monitorizar, medir e avaliar os resultados.
Operacionalização A definição de objetivos e resultados esperados, bem como o mapeamento da cadeia de resultados, já foram realizados pelo GAL durante o desenho da sua EDL (lógica de intervenção). Estes elementos estão também descritos neste Guia, servindo como uma base estruturada para orientar a monitorização e avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER. Estes passos iniciais incluem: – A identificação das necessidades específicas do território e a sua tradução em objetivos, como a melhoria do capital social, a melhoria dos sistemas de governança e melhores resultados dos projetos apoiados. – O encadeamento lógico entre as atividades realizadas, as realizações e os resultados esperados, nomeadamente, através da estruturação das questões de avaliação. Processo de avaliação Aos avaliadores e às equipas técnicas dos GAL cabe dar continuidade ao processo, assegurando os seguintes passos: 1. Identificação das condições contextuais - Identificar fatores externos e internos que influenciaram a implementação da EDL. Estes incluem recursos financeiros, o alinhamento político-institucional, dinâmicas territoriais e o envolvimento dos stakeholders. - Avaliar se essas condições facilitaram ou inibiram a concretização dos resultados esperados. 2. Recursos (inputs) e atividades desenvolvidas - Documentar os recursos humanos, financeiros e técnicos mobilizados para as atividades realizadas. - Relacionar as atividades e os recursos utilizados com os resultados alcançados, avaliando a eficácia da utilização dos mesmos. 3. Recolha e Análise de Informação - Recolher evidências qualitativas e quantitativas, como descrito no Guia (indicadores, inquéritos, entrevistas, grupos focais e estudos de caso). - Utilizar os dados recolhidos para validar as ligações causais entre as atividades e os resultados. Operacionalização prática A utilização da metodologia Teoria da Mudança para a avaliação no contexto do valor acrescentado da abordagem LEADER envolve os seguintes passos: – <i>Revisão e atualização do quadro lógico</i>: visitar o mapeamento da cadeia de resultados para assegurar que continua alinhado com as atividades e os resultados observados. [Proceder ao ajustamento decorrente de mudanças no contexto ou na implementação da EDL.] – <i>Análise dos Indicadores de resultado</i>: medir os indicadores definidos para cada resultado esperado utilizando os métodos e instrumentos descritos neste Guia. [Garantir que os indicadores captam evidências claras das mudanças geradas pelas atividades.] – <i>Verificação dos pressupostos</i>: identificar quais pressupostos foram validados durante a implementação e quais precisam de ajustamento. [Observar se as condições esperadas para o sucesso das atividades foram criadas ou se existiram fatores inibidores.] – <i>Sistematização das condições contextuais</i>: identificar fatores que facilitaram ou inibiram a implementação e os resultados da EDL, destacando boas práticas e desafios. – <i>Interpretação</i>: interpretar os dados recolhidos à luz do encadeamento lógico da Teoria da Mudança, validando se os resultados esperados foram alcançados. [Podem ser utilizados métodos participativos, como grupos focais, para validar os resultados com os stakeholders.] – <i>Formulação de conclusões e recomendações</i>: a partir da análise, formular recomendações práticas para melhorar a aplicação da abordagem LEADER e a implementação da EDL (p.e., melhorar os processos de animação territorial para maximizar o valor acrescentado da abordagem LEADER). A Teoria da Mudança não só fornece um quadro lógico para a avaliação, mas também uma narrativa robusta que demonstra como e por que razão a abordagem LEADER gera valor acrescentado nos territórios rurais.

